



UC/FPCE_2010

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Estrutura e relações familiares: Implicações para o desenvolvimento da socialização

Alice Murteira Morgado (e-mail: alicemmorgado@gmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento sob a orientação de Prof.Doutora Maria da Luz Vale Dias e de Prof.Doutora Maria Paula Paixão

Estrutura e relações familiares: Implicações para o desenvolvimento da socialização

Resumo

Esta investigação teve como objectivo estudar o papel de variáveis familiares, em particular a estrutura e as relações familiares, no desenvolvimento da socialização em crianças, na fase final da infância, e adolescentes. Para o efeito, foram formuladas três hipóteses: (1) a estrutura familiar em que os sujeitos vivem, por si só, não é uma variável significativa para o desenvolvimento da socialização; (2) a estrutura familiar em que os sujeitos vivem, por si só, é uma variável significativa para compreender as relações pais-filhos; e (3) a qualidade das relações familiares influencia o desenvolvimento da socialização. No estudo foi utilizado um questionário sócio-demográfico, o *Questionnaire des Relations Parents-Enfants* (QRPE, Bastin, & Delrez, 1976; Versão Portuguesa, Vaz Serra, 1987), e a Bateria de Socialização (BAS-3, Silva, Martorell, & Clemente, 1985; Versão Portuguesa, Ferreira, & Rocha, 2004). A amostra contemplou 182 crianças e adolescentes (46,2% do sexo masculino e 53,8% do sexo feminino) entre os 10 e os 19 anos de idade, a frequentarem o ensino básico, do 6º ao 9º ano de escolaridade. Os resultados, confirmaram duas das três hipóteses colocadas, possibilitando a discussão do papel da família nos processos de socialização das crianças e adolescentes.

Palavras chave: família, relações pais-filhos, socialização, desenvolvimento.

Family structure and family relations: implications for the development of socialization

Abstract

The goal of this research was to study the effects of family variables, specifically, family structure and family relations, in the development of socialization in children and adolescents. For that purpose, three hypotheses were formulated: (1) family structure, by itself, is not a significant factor for the development of socialization; (2) family structure, by itself, is a significant factor to understand parent-child relations; (3) the quality of parent-child relations affects the development of socialization. In our study, we used a socio-demographic questionnaire, the *Questionnaire des Relations Parents-Enfants* (QRPE, Bastin, & Delrez, 1976; Portuguese version, Vaz Serra, 1987), and the Socialization Battery (BAS-3, Silva, Martorell, & Clemente, 1985; Portuguese version, Ferreira, & Rocha, 2004). The sample included 182 children and adolescents (46,2% male and 53,8% female) between 10 and 19 years old, attending basic school between the 6th and the 9th grade. The results confirmed two of the three hypotheses, making it possible to discuss the role of family in the children and adolescents' socialization process.

Key Words: family, parent-child relations, socialization, development.

Agradecimentos

Às minhas orientadoras, Prof.Doutora Maria da Luz Vale Dias e Prof.Doutora Maria Paula Paixão, pelo inesgotável apoio, constante confiança e sincera amizade.

À minha Tia, pela inspiração e coragem que me dá todos os dias.

À Prof.Doutora Maria Conceição Taborda Simões, pelas lições de psicologia e de vida.

Aos meus Pais, por serem quem são e por ser quem sou.

Aos Familiares e Amigos que acompanham, apoiam, inspiram e enriquecem o meu percurso académico e pessoal.

Índice

Introdução

I – Enquadramento Conceptual

O Desenvolvimento da Socialização

Relações Pais-Filhos

A Família Actual – Análise de uma Situação Particular: O Divórcio

II – Objectivos

III – Metodologia

Sujeitos

Instrumentos

Procedimentos

IV – Resultados

Agregado Familiar e Socialização

Agregado Familiar e Relações Pais-Filhos

Relações Pais-Filhos e Socialização

V – Discussão

Agregado Familiar e Socialização

Agregado Familiar e Relações Pais-Filhos

Relações Pais-Filhos e Socialização

VI – Conclusões

Bibliografia

Anexos

Introdução

A presente investigação procurou analisar o papel de algumas variáveis familiares no desenvolvimento da socialização. Deste modo, procurou-se estudar, por um lado, o papel da estrutura familiar e, por outro, o papel das relações pais-filhos nos comportamentos sociais das crianças e adolescentes. Tal proposta resulta do reconhecimento das mudanças que se têm vindo a verificar no nosso país, na sociedade e nas famílias, verificando-se, actualmente, um crescente número de divórcios e, conseqüentemente, um aumento do número de novas formas de família. De facto, são cada vez mais frequentes, na sequência de situações de divórcio, agregados familiares que deixam de englobar os dois progenitores e os seus filhos, passando estes a viver apenas com um progenitor (famílias monoparentais) ou com um casal em que apenas um dos elementos é seu progenitor (famílias reconstruídas). À luz de tal realidade, importará, então, entender se as mudanças na estrutura familiar poderão ter implicações no desenvolvimento da socialização de crianças e adolescentes, tornando-se, assim, igualmente relevante compreender o papel de aspectos como a qualidade das relações pais-filhos enquanto agentes mediadores do eventual impacto destas mudanças estruturais no desenvolvimento dos filhos.

Assim, como quadro conceptual para compreender a infância e adolescência, adoptou-se uma perspectiva desenvolvimentista, considerando a importância de um desenvolvimento inevitavelmente marcado por profundas e múltiplas transformações, particularmente no que à adolescência se refere, e das aquisições que caracterizam estas etapas do desenvolvimento humano (Taborda Simões, 2002).

A partir da psicologia do desenvolvimento, é, então, considerada uma concepção de socialização com pendor piagetiano, contemplando a noção de equilíbrio enquanto mecanismo de adaptação ao meio, presente desde o início do desenvolvimento dos sujeitos. Tal mecanismo, ao possibilitar uma regulação das aquisições que se vão realizando ao longo do desenvolvimento, permite o acesso a novas formas, cada vez mais complexas, de compreender e lidar com o ambiente em que os sujeitos vivem. Assim, é salientado o papel activo do sujeito nas suas interacções com o meio, resultando estas em formas progressivamente mais elaboradas de viver e actuar nos contextos sociais. Por outras palavras, as bases para o comportamento e desenvolvimento dos indivíduos serão adquiridas através das relações entre os sujeitos e os seus contextos, relações essas, caracterizadas pela mutualidade de influências (Damon, & Lerner, 2008).

Subjacente a tais noções relativas ao conceito de socialização encontra-se, sem dúvida, o reconhecimento do contributo das primeiras relações humanas, particularmente no seio da família, para um funcionamento social ajustado ao longo do desenvolvimento dos indivíduos. É por esse motivo que serão mencionados, no âmbito das reflexões teóricas sobre as relações pais-filhos, os modelos de vinculação (Bowlby, 1980; Ainsworth, 1989) e de aprendizagem social (Bandura, 1989) que constituem quadros conceptuais indispensáveis para compreender a importância do

papel da família no desenvolvimento sócio-afectivo da criança e, mais tarde, do adolescente.

Tendo em consideração o quadro teórico apresentado, foi, então, analisado o papel exercido pelo tipo de estrutura familiar em que a criança/adolescente vive, assim como a qualidade das relações pais-filhos no desenvolvimento da socialização, supondo-se, à partida, que mais do que a a composição do agregado familiar, seria a qualidade das relações entre os seus elementos, a variável mais determinante para compreender os comportamentos sociais na infância e adolescência. Neste sentido, as hipóteses de investigação foram as seguintes: (1) não existem diferenças, no que diz respeito à socialização, entre sujeitos que vivem em agregados familiares tradicionais e os que vivem em agregados familiares não tradicionais; (2) existem diferenças, nas relações pais-filhos, entre sujeitos que vivem em agregados familiares tradicionais e os que vivem em agregados familiares não tradicionais; e (3) a qualidade das relações pais-filhos será uma variável preditora do desenvolvimento da socialização.

A variável “Socialização” foi estudada a partir dos resultados obtidos pela amostra na Bateria de Socialização (BAS-3, Silva, Martorell, & Clemente, 1985; Versão Portuguesa, Ferreira, & Rocha, 2004), a variável “Relações Pais-Filhos”, teve, como base de análise, a cotação do *Questionnaire des Relations Parents-Enfants* (QRPE, Bastin, & Delrez, 1976; Versão Portuguesa, Vaz Serra, 1987) e a variável “Estrutura Familiar” traduziu-se na tipologia de agregado familiar dos sujeitos (Tradicional e Não Tradicional), averiguado através de um questionário sócio-demográfico elaborado para o efeito.

Os resultados obtidos pela amostra estudada, de 182 sujeitos entre os 10 e os 19 anos de idade, a frequentarem o 2º e 3º ciclos do ensino básico, confirmaram a maioria das hipóteses colocadas. De facto, foi possível confirmar que a variável “Estrutura Familiar”, por si só, não é significativa para o desenvolvimento da socialização, assim como o facto de as relações entre pais e filhos serem dimensões importantes na socialização dos filhos. Apenas foi refutada a ideia de que haveria diferenças entre sujeitos nas relações pais-filhos de acordo com a sua estrutura familiar.

Em suma, foi possível corroborar as premissas que justificaram a presente investigação, evidenciando-se a importância do papel dos aspectos relacionais no seio da família para o desenvolvimento da socialização, em detrimento dos aspectos de cariz estrutural.

Tais resultados possibilitam, assim uma discussão em torno do papel da família nos processos de socialização das crianças e adolescentes, podendo, mesmo, contribuir para a desmistificação de diversas ideias comumente aceites pelos pais, pelas escolas e por outras instituições que, no âmbito das suas actividades, têm de lidar com as famílias e com os desafios que estas enfrentam na actualidade.

I – Enquadramento conceptual

O DESENVOLVIMENTO DA SOCIALIZAÇÃO

Muitas são as possíveis definições do conceito de socialização. Giddens, propõe-nos, por exemplo, que a socialização seja encarada como “o processo pelo qual as crianças indefesas se tornam gradualmente seres auto-conscientes, com saberes e capacidades, treinadas nas formas de cultura em que nasceram. [...] A socialização liga as diferentes gerações entre si. O nascimento de uma criança modifica a vida daqueles que são responsáveis pela sua educação – e eles próprios conseqüentemente passam por novas experiências de aprendizagem. Ter filhos, normalmente, liga as actividades dos adultos às crianças para o resto da vida de ambos.” (Giddens, 2002, 44). Por sua vez, a definição de Dubar vem complementar a anterior, na medida em que nos propõe uma visão deste fenómeno como “uma incorporação de maneiras de ser (de sentir, de pensar e de agir) de um grupo, da sua visão do mundo e do modo como vê o futuro, das suas posturas corporais e das suas crenças íntimas. [...] o indivíduo socializa-se interiorizando valores, normas disposições que farão dele um ser socialmente identificável” (Dubar, 2002, 83). De acrescentar, ainda, a premissa de Goslin, segundo a qual “uma parte importante do processo de socialização é a aquisição de certas aptidões, atitudes, etc., que facilitam a socialização subsequente” (Goslin, 1969 *cit in* Pereira, & Jesuino, 1985, 29).

Subjacente a estas concepções podemos, então, afirmar que se encontra a ideia de que todos os seres humanos são influenciados e influenciam o meio em que nascem e vivem, sendo fundamental o papel das primeiras relações humanas para o desenvolvimento do comportamento social da criança, não esquecendo o contributo da crescente complexificação que as relações interpessoais vão assumindo ao longo do desenvolvimento humano para a aquisição de estruturas e formas cada vez mais elaboradas de lidar com o meio e todos os agentes que dele fazem parte. De facto, “desde o seu nascimento, a criança é imersa num banho sociocultural, cujo papel determinante ninguém pode pôr em causa. O desenvolvimento realiza-se numa rede inextricável de interacções no seio dos grupos nos quais a criança vive e que irão, com a idade, aumentar, diversificar-se e complexificar-se. É difícil, senão impossível, de perceber, em todos os domínios, as relações entre todos estes aspectos da socialização da criança.” (Bideaud, Houdé, & Pedinielli, 1996, 423).

Tais noções aproximam-se, inevitavelmente, da abordagem desenvolvimentista de Piaget, uma vez que lhe é inerente a noção de desenvolvimento cognitivo como construção contínua, mas não linear. Com efeito, o modelo de desenvolvimento do autor assume-se necessariamente como construtivista e interaccionista, na medida em que se assume que os conhecimentos são construídos pelo sujeito em interacção com o meio, não sendo apenas fruto de simples acumulações de informações retiradas desse mesmo meio. Recusa-se, por isso, o inatismo, valorizando-se o sujeito enquanto pólo fundamental na construção do seu próprio conhecimento.

O conceito piagetiano de equilibração (por exemplo, Piaget, 1975)

supõe, precisamente, um desenvolvimento em estádios que envolve estruturas (formas de organização da actividade cognitiva) e funcionamento (passagem de um estádio para o outro provocado por desequilíbrio ao qual se segue o estabelecimento de um novo equilíbrio provocado pela construção de uma nova forma de organização da actividade cognitiva). Assim, “o desenvolvimento mental tem sempre uma dupla dimensão individual e social: as estruturas pelas quais passam normalmente todas as crianças são sempre, por um lado, «cognitivas» (internas ao organismo) e «afectivas», ou seja, relacionais (orientadas para o exterior)” (Dubar, 2002, 20). Por outras palavras, o desenvolvimento humano é, para Piaget, provocado por acções que visam a redução do desequilíbrio entre o organismo e o meio físico e social, culminando na construção de um novo equilíbrio, com novas formas de organização da actividade cognitiva. Deste modo, o “desenvolvimento da criança – e, portanto, a sua socialização, que nele [desenvolvimento da criança] constitui um elemento essencial – [é visto] como um processo activo de adaptação descontínua a formas mentais e sociais cada vez mais complexas” (Dubar, 2002, 20).

Ainda a propósito do desenvolvimento da socialização, Piaget apresenta-nos uma relevante descrição do modo como esta se opera, por meio de quatro transformações: “a passagem do respeito absoluto (pelos pais) ao respeito mútuo (crianças/adultos e crianças entre elas); a passagem da obediência personalizada ao sentimento da regra [...]; a passagem da heteronomia total à autonomia recíproca, implicando, num último estádio, a fixação de sentimentos novos como a «honestidade, a camaradagem, o *fair-play*, a justiça»; a passagem da energia à vontade, que constitui um «ajustamento activo da energia» (incluindo uma hierarquização entre dever e prazer)” (Piaget, 1964, *cit in* Dubar, 2002, 23).

Assim, para compreendermos o processo da socialização, importa, também, considerarmos algumas questões de base nele envolvidas, ou seja, os seus agentes, contextos, conteúdos, mecanismos e dinâmicas (Pereira, & Jesuino, 1985).

No que concerne aos agentes, será importante recordar que “qualquer indivíduo, vivendo em sociedade, em qualquer idade, é simultaneamente sede de um processo de socialização e agente desse processo, relativamente, não só aos outros, mas também a si próprio” (Pereira, & Jesuino, 1985, 66). Daqui se conclui, então, que todos aqueles que vivem em sociedade podem ser agentes de socialização, quer para si próprios, quer para os outros. Todavia, alguns agentes poderão adquirir maior preponderância do que outros. Por exemplo, no caso da criança, os principais serão, inicialmente os seus pais e irmãos. De facto, a família apresenta-se como o mais importante agente de socialização, uma vez que, enquanto os pais podem modelar o comportamento dos filhos, por serem modelos comportamentais¹, as interacções com os irmãos proporcionam à criança uma oportunidade para ensaiar o relacionamento com os outros e a capacidade de lidar com conflitos. Além disso, “as famílias enquanto unidades modificam-se ao longo do desenvolvimento como resposta às mudanças verificadas nos seus

¹ Esta questão será abordada com maior detalhe no ponto seguinte.

membros enquanto indivíduos, às circunstâncias da vida e a transições esperadas e não esperadas. As famílias desenvolvem «climas» distintos (Moos, & Moos, 1981), «estilos» de resposta aos acontecimentos (Reiss, 1989) e diferentes «fronteiras» (Boss, 1999) que proporcionam contextos diferenciados de socialização para a criança em desenvolvimento” (Parke, & Buriel, 2008, 109-110). Mais tarde, surgem os pares e educadores ou professores. É, com efeito, no grupo de pares que a criança terá oportunidade de aprender papéis sociais em contextos grupais, de aprender a viver em grupo e de obter um *feedback* da aceitação que suscita ou não por parte dos outros. Por outras palavras, são agentes de socialização da criança aqueles com quem esta lida quotidianamente, com quem interage, observa, imita e, por vezes, se identifica.

No que diz respeito ao contexto de socialização, são de destacar, segundo Pereira e Jesuino (1985), o contexto ecológico (“tamanho, densidade, distribuição física e composição social da população” e relação desta com os recursos e as populações vizinhas), o contexto económico (“formas sociais de definir, produzir e distribuir bens e serviços”), o contexto político (estruturas de poder e sua distribuição, formas e aplicação) e o sistema de valores, ou seja a cultura social propriamente dita.

Quando nos reportamos ao conteúdo da socialização, referimo-nos, sobretudo, a três aspectos: à cultura, regras e normas. O primeiro aspecto encontra a sua justificação na antropologia, pois, “uma vez que todo o meio ambiente é culturalmente determinado, todo ele afecta a criança em desenvolvimento” (Levine, *in* Goslin, 1969, *cit in* Pereira, & Jesuino, 1985). A cultura é, sem dúvida, um aspecto fundamental na socialização, existindo, mesmo, no seio da antropologia muitos autores que consideram a sua preservação e manutenção como a grande questão da vida humana. Do ponto de vista da sociologia, as regras serão, também, um conteúdo importante da socialização, na medida em que, será através destas que a cultura, enquanto estrutura profunda da sociedade, é transmitida de uns elementos para outros (Wentworth, 1980, *in* Pereira, & Jesuino, 1985). Finalmente, de um ponto de vista psicológico, a estrutura social poderá ser melhor descrita através da norma social, ou seja, através do modo como o jogo social é regulado (Brown, 1965, *in* Pereira, & Jesuino, 1985). Deste modo, as normas sociais expressam modos de regular os comportamentos, ao mesmo tempo que serão geradoras de expectativas sociais.

Finalmente, no que diz respeito aos mecanismos e dinâmicas da socialização, são de referir a comunicação e a aprendizagem. De facto, “para que o processo multifocal de socialização se realize é necessário que agentes e sedes comuniquem e que de tal comunicação resultem novos padrões de relação, que se verificam sistematicamente a partir da sua aquisição” (Pereira, & Jesuino, 1985, 79). Por outras palavras, é através da comunicação com o meio em nosso redor que aprendemos sobre o modo de funcionamento da sociedade, as expectativas, as normas, os papéis, etc. e é colocando em prática esses mesmos conhecimentos que temos a oportunidade de comunicar com os outros e adquirir novas aprendizagens.

RELAÇÕES PAIS – FILHOS

A família constitui para a criança e, mais tarde, para o adolescente, um contexto privilegiado para o seu desenvolvimento sócio-afectivo, pois, é através das aprendizagens realizadas no seu seio e das experiências ali vividas, que adquirirá competências para lidar com o mundo social à sua volta. Efectivamente, é no núcleo familiar que a criança encontra um meio privilegiado para aprender e experimentar as relações com os outros. Segundo Firmino, Matos e Vaz Serra (1987, 148) “o ser humano é o mais dependente dos seres vivos. Após o nascimento, os pais, e de forma mais particular a mãe, vão constituir os seus grandes mediadores sociais. [...] Durante um número largo de anos, os pais controlam o comportamento do filho e condicionam-lhe a exploração do mundo e o acesso aos reforços”.

Neste sentido, importa destacar duas teorias que ilustram esta realidade de um modo particularmente elucidativo: a teoria da vinculação (Bowlby, 1980 e Ainsworth, 1989) e a teoria da aprendizagem social (Bandura, 1989).

A primeira aborda a questão das relações de vinculação, ou seja, as relações precoces estabelecidas entre o bebé e a(s) figura(s) de vinculação (o cuidador primário, habitualmente, a mãe), através das quais o primeiro irá satisfazer as suas necessidades físicas, mas também psicossociais. O estabelecimento desta relação, assim como a sua qualidade, dependem da interacção recíproca entre os dois elementos que a constituem, tendo como objectivo ideal a construção de uma relação baseada na segurança. Por outras palavras, uma vinculação segura baseia-se na confiança do bebé, não só em relação à figura de vinculação, mas também em relação à sua própria capacidade de obter o que necessita, ou seja, o bebé sente-se suficientemente seguro em relação à figura de vinculação para explorar o meio circundante, pois sente que, em caso de perigo, pode recorrer a esta para obter segurança. Segundo Ainsworth (1989), o bebé construirá, assim, “modelos internos dinâmicos” relativos às expectativas que poderá ter do comportamento da figura de vinculação (Papalia, Olds, & Feldman, 2001). Note-se que este tipo de relações precoces possuem uma forte influência na construção de expectativas sobre os outros, no desenvolvimento de estratégias de *coping* e na representação do *self*, podendo orientar as crenças, sentimentos e comportamentos do sujeito no futuro e noutras relações que este estabelecerá fora do contexto familiar. Em suma, “a ideia central deste modelo diz respeito ao papel que as representações dos modelos ou esquemas de relações primárias poderão exercer na capacidade de estabelecer relações e na imagem que o sujeito constrói de si mesmo, ou seja, na estruturação do *self*” (Machado, 2004, 296). Com efeito, as trocas emocionais associadas às relações de vinculação na infância poderão ter um importante papel nos comportamentos pró-sociais, visto que a atenção, cuidado, cooperação e interacção social poderão ser generalizados da díade figura de vinculação-bebé para diversas outras situações sociais futuras, com que a criança em desenvolvimento se irá deparar. (Zahn-Waxler, 1991, *in* Saarni, Campos, Camras, & Witherington, 2008).

A segunda teoria referida preconiza que a criança aprende os

comportamentos sociais através da observação e imitação de modelos. Por outras palavras, a criança irá aprender determinados comportamentos observando figuras de referência (modelos, normalmente os seus pais e, mais tarde, o grupo de pares) e demonstrará as aprendizagens que realizou desempenhando os comportamentos observados quando os modelos não estão presentes. Importa, contudo, realçar que, subjacente a esta teoria não se encontra uma ideia de passividade por parte da criança. Pelo contrário, esta adopta um papel activo na sua aprendizagem dos comportamentos sociais pois é ela que escolhe os modelos e os comportamentos a observar e imitar de acordo com as suas percepções. Assim, são diversas as variáveis mediadoras do processo de aprendizagem social, nomeadamente, as características percebidas do modelo, como a sua proximidade em relação à criança, a sua competência para cuidar ou o seu nível de sucesso ou influência. De igual modo, a frequência com que a criança assiste a determinados comportamentos e a saliência desses mesmos comportamentos são também factores passíveis de influenciar a selecção das condutas a imitar (Schneider, 1993).

Através das teorias mencionadas, poder-se-á, então, ilustrar a importância do papel da família na aprendizagem de comportamentos sociais, aprendizagem, esta, que resulta de diversas interacções importantes entre a criança e os elementos significativos presentes ao longo do seu desenvolvimento. De facto, as estruturas cognitivas adquiridas através das experiências de cuidado no seio da família têm uma importante influência nas respostas emocionais e comportamentais da criança perante novas situações sociais (Stadelmann, Perren, Groeben, & VonKlitzing, 2010).

Para além do já referido, importa, ainda, destacar o papel dos modelos parentais na atmosfera familiar e no desenvolvimento da socialização. Para Jensen-Campbell, Knack e Rex-Lear (2009, 507), “a parentalidade envolve encontrar formas de fazer com que os filhos colaborem, não apenas com as exigências dos pais, mas também que internalizem regras e crenças sociais e parentais como suas próprias”, pelo que os padrões de exercício da autoridade parental são variáveis de grande importância na determinação da atmosfera familiar e no modo como os adolescentes percebem os seus pais. Neste âmbito, são de referir as posições de Elder (1963) e Baumrind (1967, 1968).

O primeiro é autor de um estudo (1963) que procurou recolher e analisar descrições que os adolescentes fazem dos seus pais. Assim, chegou à definição de sete estilos parentais de exercício da autoridade: autocrático (não há participação do adolescente nas decisões que lhe dizem respeito), autoritário (a decisão final quanto aos problemas é dos pais, embora seja permitido ao adolescente pronunciar-se), democrata (o adolescente participa na discussão, e poderá envolver-se numa decisão pessoal, sendo, todavia, necessária a aprovação dos pais), igualitário (verifica-se um igual envolvimento dos pais e dos filhos nas decisões), permissivo (a tomada de decisão é sobretudo assumida pelo adolescente), indiferente (o filho toma as decisões podendo, ou não, informar os pais sobre as mesmas), e ignorante (o adolescente toma as decisões sem que os pais se informem delas) (Claes,

1985). No estudo mencionado, o autor concluiu que, tendo em conta os juízos dos adolescentes, o estilo parental democrático seria o mais apreciado pelos filhos, gerando “os sentimentos de confiança e de independência mais elevados, em particular quando os pais explicavam frequentemente as suas decisões” (Claes, 1985, 131). No sentido inverso, verificou-se que o estilo autocrático tende a resultar numa maior dependência e menor auto-confiança dos adolescentes. De notar finalmente que, enquanto alguns estilos raramente foram rejeitados (democrático, igualitário e permissivo), outros provocaram mais frequentemente o repúdio dos adolescentes (indiferente, ignorante e autocrático).

Por sua vez, Baumrind (1967, 1968) realizou um estudo longitudinal do qual resultou a identificação de quatro estilos relativamente estáveis de práticas educativas: autoritário, permissivo, negligente e autoritário-recíproco (Menezes, 1990). Deste modo, um estilo autoritário caracteriza-se pela adopção de atitudes restritivas e controladoras, bem como de normas rígidas às quais os filhos se devem conformar. Neste tipo de atmosfera familiar, os adolescentes tendem a “ser conservadores [...] e adoptam, sem questionamento, os valores e opiniões dos pais” (Menezes, 1990, 68). Do ponto de vista da relação com os pais, estes adolescentes revelam pouca espontaneidade e iniciativa, rejeitando, à partida, relações que exijam um elevado grau de intimidade. O estilo permissivo, segundo Baumrind, é aquele em que é dada prioridade aos desejos da criança ou adolescente, não existindo grande nível de exigência em relação aos filhos por parte dos pais, nem práticas disciplinadoras consistentes. Assim, os filhos oriundos de famílias permissivas revelam geralmente alguma insegurança e egoísmo, bem como baixa auto-estima. Nas famílias negligentes o estilo de funcionamento dos filhos é bastante semelhante ao verificado na atmosfera familiar de tipo permissivo, todavia, as práticas educativas dos pais não são as mesmas. Neste tipo de atmosfera familiar, “os pais são consistentemente inconsistentes: a expressão do afecto e o exercício da autoridade dependem essencialmente do acaso ou do humor dos pais” (Menezes, 1990, 68). Como resultado, o adolescente apresentará dificuldades no controlo dos impulsos e no desenvolvimento de comportamentos sociais ajustados. Finalmente, o estilo autoritário-recíproco define-se pelo estabelecimento de regras e expectativas relativamente aos comportamentos dos filhos, mas, ao contrário do estilo autoritário, tal é levado a cabo num ambiente de aceitação, responsabilidade e afecto, em que os adolescentes têm a possibilidade de discordar e de expôr as suas posições. Tal prática educativa reflecte-se em auto-confiança, auto-controlo, responsabilidade social, extroversão, assertividade, independência e criatividade por parte dos adolescentes, resultando em comportamentos sociais mais ajustados (Menezes, 1990, 69).

Como se poderá concluir, ambas as investigações apontam no mesmo sentido, ou seja, um estilo de exercício de autoridade do tipo democrático, em que exista alguma directividade mas em que o diálogo não seja posto de parte e em que se fomente a responsabilidade de ambas as partes, resultará num comportamento social mais ajustado por parte dos adolescentes. Com

efeito, estas conclusões foram, também, corroboradas por Vaz Serra, Firmino e Matos (1987), quando, ao estudarem a influência das relações pais-filhos no auto-conceito, concluíram que “é importante uma relação para com o filho, de tolerância, de compreensão, de ajuda e de incentivo para vencer as dificuldades, tanto da parte da mãe como do pai, para que um bom auto-conceito de crie. Dessa forma, o filho encontra as condições necessárias de aceitação que lhe permitem com maior facilidade explorar o mundo e contactar com as pessoas [...] consegue observar-se a si próprio de forma positiva e confiante, desenvolvendo um auto-conceito positivo, capaz de lhe permitir um comportamento adequado” (Vaz Serra, Firmino, & Matos, 1987, 141).

Em suma, poder-se-á concluir que o desenvolvimento sócio-afectivo do adolescente poderá beneficiar consideravelmente de uma atmosfera familiar em que todos os elementos tenham oportunidade de expressar as suas opiniões e conflitos num contexto de coesão afectiva e de compreensão mútua.

A FAMÍLIA ACTUAL – ANÁLISE DE UMA SITUAÇÃO PARTICULAR: O DIVÓRCIO

Ao longo do tempo, o conceito de família tem vindo a sofrer variadas e profundas alterações no que concerne aos seus valores, modelos e funções (Pires, 2005) e, com estas, as experiências das crianças e adolescentes são, inevitavelmente afectadas. No caso de Portugal, embora as famílias tradicionais ainda se encontrem em maioria (75,2% dos adolescentes vivem com ambos os progenitores), desde os anos 70 que se tem vindo a verificar um aumento do número divórcios, bem como do número de nascimentos fora do casamento. Tais acontecimentos resultaram, assim, numa crescente quantidade de famílias monoparentais, organizadas, sobretudo, em torno da mãe (10,6%), ou seja, sistemas familiares em que o subsistema conjugal é inexistente (Pires, 2005). Ora, dentro deste tipo de estrutura, um número significativo possui dificuldades económicas e sociais, o que se reflecte numa importante vulnerabilidade social deste grupo (no que concerne a questões como a nutrição, saúde, actividades de lazer e educação). Para além do referido, um outro fenómeno tem vindo a notar-se com mais frequência no nosso país, decorrente do aumento dos divórcios. Referimo-nos ao surgimento de novas formas de famílias, ou seja, as famílias reconstruídas (Taborda Simões, Vale Dias, Formosinho, & Fonseca, 2007).

À luz dos dados apresentados, podemos, então, compreender que surjam novos desafios às famílias portuguesas, não só no que diz respeito a aspectos sócio-económicos, mas também no que concerne às relações e aos papéis que se estabelecem no seio dos novos núcleos familiares. Com efeito, “as tarefas envolvidas na educação dos filhos são partilhadas não apenas pelos pais biológicos, mas também pelos seus novos parceiros, e as crianças habitualmente também adquirem novas relações de fraternidade originadas mais pela coabitação do que estritamente pelos laços biológicos” (Taborda Simões, Vale Dias, Formosinho, & Fonseca, 2007, 799). Deste modo, os adolescentes que vivem nestas novas formas de família enfrentam desafios

novos, tendo que se abrir a novos laços e relações e tendo que se confrontar com uma maior diversidade de papéis, normas familiares e culturas.

Assim, considerando as mudanças que se vão verificando na sociedade e na família portuguesas, será pertinente debruçarmo-nos sobre as especificidades subjacentes às novas formas de família e às consequências, em termos desenvolvimentais, que decorrem da vivência numa estrutura familiar não tradicional. Por outras palavras, será, não só interessante, mas também de grande utilidade analisar a especificidade destes novos agregados familiares, por um lado, no que diz respeito ao modo como pais e filhos se relacionam e à qualidade dessas mesmas relações e, por outro lado no que diz respeito às implicações que as novas estruturas e relações familiares poderão ter no desenvolvimento dos filhos.

Dado que as novas formas de família acima referidas (monoparentalidade e famílias reconstruídas) têm, como origem primordial, situações de divórcio, será precisamente a questão do divórcio a principal situação a analisar na presente investigação.

Com efeito, o divórcio constitui uma “forma radical de transformação do sistema familiar na sequência de uma situação de crise que a família não consegue resolver [...] a situação de divórcio é uma sequência de acontecimentos que implicam uma transição na vida dos pais e dos filhos num contexto de crise que geralmente só estabilizará após 1-2 anos” (Menezes, 1990, 78). Assim, por definição, tal situação irá exigir, da parte de todos os elementos envolvidos, sobretudo no primeiro ou nos dois primeiros anos após o divórcio, a capacidade de lidar com os desafios decorrentes das alterações profundas na sua vida. Efectivamente, Grych (2002, *cit in* Wong, McElwain, & Halberstadt, 2009, 453) recorda-nos que “a relação conjugal é central no sistema familiar. Uma relação conjugal comprometida e harmoniosa fornece aos pais um apoio que fomenta uma parentalidade positiva, enquanto elevados níveis de conflito no casamento, ambivalência e desinteresse afectam os recursos psicológicos, e emocionais dos pais e interferem com a sua capacidade para responder adequadamente às emoções negativas dos seus filhos”. Neste sentido, “o problema não está no divórcio em si, mas no divórcio mal sucedido. Para as crianças, o que de facto importa é o modo como os pais são capazes ou não de gerir as dificuldades que se instalam no seu relacionamento antes e após a separação” (Taborda Simões, & Ataíde, 2001, 241).

As investigações de Hetherington, Cox e Cox (1982) em torno desta questão, permitiram elencar alguns dos possíveis desafios que os pais terão de enfrentar na sequência de uma situação de divórcio. Assim, em termos estruturais e práticos, surgem as questões da adaptação à nova estrutura familiar, da partilha diferente de responsabilidades, da organização do dia-a-dia, da queda, por vezes verificada, no poder de compra do agregado familiar que se poderá traduzir numa perda de estatuto sócio-económico e consequentes perdas nos padrões de vida dos filhos. Em termos emocionais, poder-se-ão verificar mais sentimentos de ansiedade, depressão, raiva, rejeição, perda e incompetência, assim como uma quebra no auto-conceito e problemas de identidade. No que concerne a questões interpessoais, vida

social e relações íntimas, verificam-se dificuldades do ponto de vista do estabelecimento de relações íntimas e significativas. Finalmente, surgem as questões relativas ao ajustamento a novas formas de relacionamento entre os elementos da anterior família nuclear. Com efeito, os autores referem que a maior preocupação dos casais após o divórcio se prende com as suas relações com o ex-cônjuge e com os filhos, questão, essa, susceptível de provocar situações de conflito, em particular no que concerne a aspectos como as finanças e o apoio, o regime de visitas e a educação dos filhos e o estabelecimento de relações íntimas com outros.

Para os filhos, o divórcio significa, portanto, uma mudança profunda na sua vida e nas suas relações familiares. Com efeito, “a estabilidade, melhoria ou deterioração das relações familiares depende de complexas interacções de factores prévios e posteriores ao divórcio” (Ahrons, 2007, 62). Deste modo, a resposta dos filhos ao divórcio dos pais dependerá de diversas variáveis, tais como o seu temperamento, a etapa de desenvolvimento cognitivo, sócio-afectivo e moral em que se encontram, o seu sexo, as experiências vivenciadas anteriormente, o apoio de que dispõem por parte dos sistemas extra-familiares, como o grupo de pares e a escola (Menezes, 1990), a sua auto-estima, unidade familiar e a boa relação com os pares e, pelo menos, um dos progenitores (Thompson, 1998, *in* Dacey, & Travers, 2002). A este propósito, Schneider (1993, 69) refere que “uma separação poderá ser ou não uma situação positiva, dependendo do modo como os membros da família lidam com ela”, reforçando, igualmente, a importância do papel das redes sociais de apoio ao dispor da criança e da família. Assim, mais do que a separação dos cônjuges em si, importa analisar a qualidade das interacções após a separação para compreender o efeito de uma mudança desta natureza nos filhos. Por outras palavras, para compreender os efeitos do divórcio nos filhos, para além de atender às alterações estruturais que ocorrem na família, importa analisar o modo como os diferentes elementos que a constituem se relacionam, assim como o papel das redes sociais de apoio nestas situações. Efectivamente, não será demais destacar que muita da investigação realizada neste âmbito aponta para o facto de ser “o conflito conjugal, mais do que a separação, o principal responsável por muitos dos problemas verificados em crianças cujos pais se separam” (Kelly, 2000, *cit in* Stadelmann, Perren, Groeben, & VonKlitzing, 2010, 93).

A este propósito, torna-se pertinente debruçarmo-nos sobre as conclusões do estudo de Hetherington, Cox e Cox (1982) relativas ao funcionamento familiar em famílias não divorciadas e famílias divorciadas. Com efeito, os autores apresentam-nos dados de grande interesse para a compreensão dos efeitos de um divórcio nas relações pais-filhos, sendo de destacar, sobretudo, o facto de os padrões de interacção serem distintos consoante estão em causa a mãe ou o pai e conforme o sexo dos filhos. É, ainda de referir, que as principais diferenças se verificam durante o primeiro ano após o divórcio, ao passo que “um processo de reequilíbrio nas famílias divorciadas parece ter lugar no final do segundo ano” (Hetherington, Cox, & Cox, 1982, 251).

Um dos primeiros aspectos de destaque é a questão do contacto com os filhos, questão, essa, fundamental para compreender, sobretudo, a relação do pai com os filhos. Segundo os autores, após os primeiros dois meses que seguem o divórcio, a frequência do contacto do pai com os filhos mantinha-se e, por vezes, aumentava, em relação ao que se verificava anteriormente. Tal fenómeno poderá ser entendido à luz de quatro factores, nomeadamente, uma ligação forte aos filhos ou à ex-cônjuge, sentimentos de dever ou tentativas de atenuar algum sentimento de culpa, tentativas de manter alguma continuidade na sua vida e um desejo de competição ou retaliação contra a ex-cônjuge. Todavia, se tal se verifica nos dois primeiros meses, dois anos após o divórcio o contacto entre o pai e os filhos apresenta padrões bastante diferentes, tornando-se cada vez mais frequentes as visitas com regularidade semanal, bi-semanal e, mesmo, mensal. De notar, contudo, que a frequência e duração das visitas parecem ser maiores quando o filho é do sexo masculino do que quando se trata de uma rapariga. A este propósito, é de referir a conclusão de diversos estudos (Amato, 1987; Hetherington, 1999; Wallerstein, & Kelly, 1980, *in* Kelly, 2007) que apontam para o facto de a maioria das crianças considerar que o aspecto mais negativo do divórcio dos pais é a “perda” do progenitor que deixa de coabitar com os filhos, visto que esta figura é percebida como cada vez mais distante em diversos aspectos das suas vidas.

No que diz respeito ao modo como os pais se relacionam com os filhos, Hetherington, Cox e Cox (1982) verificaram que os progenitores divorciados apresentavam menos exigências de maturidade, uma comunicação menos adequada, menos afectividade, inconsistência nas medidas disciplinares e falta de controlo em relação aos filhos, quando comparados com os progenitores não divorciados. Tal facto verificou-se, sobretudo no caso das mães e quando os filhos são do sexo masculino. No entanto, também neste aspecto, os padrões alteram-se depois de passados dois anos de divórcio. Assim, as práticas parentais das mães divorciadas melhoram, sendo exigidos, aos filhos, comportamentos mais autónomos e maduros, verificando-se uma melhor comunicação, afectividade e consistência, bem como um maior controlo sobre os filhos do que anteriormente (sobretudo no primeiro ano após o divórcio). No caso dos pais ocorre o mesmo, à excepção da questão da proximidade e afectividade com os filhos, visto que se verifica uma tendência dos pais para ignorarem mais os seus filhos e mostrarem-lhes menos afecto.

Outra questão abordada pelos mesmos autores prende-se com o controlo dos progenitores sobre os seus filhos, aspecto em que as diferenças entre os comportamentos maternos e paternos são particularmente salientes. De facto, enquanto as mães procuram controlar mais, através de mais restrições e ordens, os pais parecem ser bastantes mais permissivos e indulgentes. Uma vez mais, passados dois anos sobre o divórcio, estes comportamentos tendem a alterar-se, ou seja, os pais passam a colocar mais restrições aos filhos (mas nunca tantas quanto os pais não divorciados), e as mães passam a ser menos restritivas do que eram anteriormente.

Associada a este aspecto está a resposta dos progenitores à obediência

ou não obediência dos seus filhos. Aqui, verificou-se que, da parte dos pais e mães divorciados, em mais de metade das situações, não havia reforço positivo após a obediência do filho, sobretudo, quando este era do sexo masculino, sendo o fenómeno atenuado, no caso das mães com o passar de dois anos após o divórcio. Já no caso dos pais, estes manifestaram menos comportamentos de reforço e atenção aos comportamentos dos filhos ao longo do tempo. Por outro lado, no que concerne aos comportamentos negativos dos filhos, estes tendem a ser ignorados pelos pais e mães divorciados no primeiro ano após o divórcio. Todavia, após dois anos, começa-se a verificar, da parte das mães, o maior recurso à argumentação e comunicação, enquanto os pais se tendem a tornar menos comunicativos e a dar respostas mais negativas.

Finalmente, no que aos conflitos familiares diz respeito, Hetherington, Cox e Cox (1982), no seu estudo, realizaram uma comparação de particular interesse entre famílias não divorciadas sem conflitos e com conflitos e famílias divorciadas com conflitos e sem conflitos. Os resultados obtidos apontam para um funcionamento menos ajustado dos filhos de famílias divorciadas (com e sem conflitos), no primeiro ano após o divórcio, em relação aos de famílias não divorciadas que possuíam elevados níveis de conflito. Tal traduz-se em comportamentos de oposição, agressividade, falta de auto-controlo, distractibilidade e dependência. No entanto, com o passar de dois anos após o divórcio, os filhos de famílias divorciadas sem conflitos reverteram a sua conduta, sendo, desta vez, os filhos de famílias não divorciadas com conflitos a apresentarem um funcionamento menos ajustado. Tais resultados são corroborados por diversos outros estudos (Cummings, & Davies, 1994; Grych, & Fincham, 2001, *in* Parke, & Buriel, 2008) que verificaram a existência de uma relação entre a qualidade das relações conjugais e a qualidade das relações pais-filhos, ou seja, o conflito conjugal poderá explicar alguma dificuldade nas relações interpessoais, assim como diversos comportamentos de externalização e internalização por parte dos filhos. Efectivamente, “verifica-se que um conflito parental mais frequente e formas de conflito mais intensas ou violentas são particularmente perturbadoras para os filhos e apresentam maior tendência para se associarem a dificuldades de externalização e internalização” (Cummings, Goeke-Morey, & Raymond, 2004 *cit in* Parke, & Buriel, 2008, 108).

Em conclusão, “o primeiro ano após o divórcio parece ser um período de transição e de *coping* particularmente difícil para pais divorciados e para os seus filhos. É no primeiro ano após o divórcio, mais do que apenas passados dois meses, que os membros de famílias divorciadas tendem a manifestar um funcionamento psicológico e social mais disruptivo, assim como um maior sofrimento emocional. Tal é seguido por uma melhoria dramática no *coping* e no bem-estar psicológico e ajustamento social durante o segundo ano que segue o divórcio.” (Hetherington, Cox, & Cox, 1982, 261-262). Assim, os mesmos autores deixam-nos com três variáveis que poderão mediar uma boa adaptação dos filhos ao divórcio dos pais, variáveis, estas, que podem, também, auxiliar a compreensão global dos factores envolvidos, para os filhos, numa situação de divórcio. Assim, são

referidos a importância de uma “a) relação contínua com ambos os pais após o divórcio, implicando visitas regulares e não conflituosas do pai que não tem os filhos a seu cargo; b) afastamento em relação ao conflito parental; c) manutenção de um ambiente estruturado e de apoio emocional pelo pai que fica com os filhos.” (*cit in* Menezes, 1990, 81-82).

Todavia, é importante não perder de vista que, numa situação de divórcio ou separação, cada criança ou adolescente reage de modo distinto, podendo, nuns casos, verificar-se um impacto muito significativo no desenvolvimento sócio-emocional dos filhos, enquanto noutros não existirão efeitos particularmente adversos (Stadelmann, Perren, Groeben, & VonKlitzing, 2010).

II - Objectivos

De uma perspectiva desenvolvimentista, a adolescência poderá ser entendida como uma etapa específica do desenvolvimento humano, marcada por fortes mudanças, em que a adaptação ao meio e o equilíbrio dos sujeitos é alcançado através de múltiplas e profundas transformações, físicas, cognitivas, morais, sócio-afectivas e no que à construção da identidade diz respeito. É deste modo que, ao longo da adolescência, os sujeitos vão adquirindo uma crescente autonomia a diversos níveis (Taborda Simões, 2002). Neste sentido, e tendo em conta a natureza das transformações que se operam nesta fase da vida, a reflexão em torno da adolescência torna-se indissociável de dois aspectos: por um lado, o desenvolvimento da socialização que, nesta etapa do desenvolvimento, assume um papel de relevo para a vida dos sujeitos; por outro, o papel da família, e, em particular, das relações pais-filhos, nas diversas mudanças que então ocorrem, uma vez que “enquanto contexto de desenvolvimento, a família providencia um conjunto de relações sociais e de experiências de aprendizagem que são determinantes no confronto com as situações cada vez mais complexas e desafiantes da vida do adolescente” (Menezes, 1990, 65).

Com efeito, se considerarmos que “a família é uma unidade, em que as acções de uma das partes se repercutem nas restantes” (Vaz Serra, Firmino, & Matos, 1987, 135), será de toda a pertinência analisar o papel da estrutura e das interacções familiares no desenvolvimento da socialização da criança e do adolescente, nunca esquecendo, contudo, que, mais do que a estrutura propriamente dita, será possivelmente a qualidade das relações entre os elementos que a compõem, a variável mais determinante para compreender os comportamentos sociais dos filhos. Efectivamente, nunca é demais salientar que “a hostilidade parental e o conflito marital, também presente em famílias intactas [...] e a falta de sistemas ou redes de apoio social, para além da família, são factores provavelmente mais importantes no desenvolvimento sócio-emocional e cognitivo e no bem-estar das crianças e adolescentes do que a configuração familiar por si só” (Faria, 1995, 63).

Os objectivos da presente investigação encontram-se, então, associados a duas questões basilares: pretende-se averiguar a influência de diversos factores associados à família no desenvolvimento da socialização na fase final da infância assim como na adolescência, ao mesmo tempo que

se procura compreender a relação entre o desenvolvimento da socialização, a estrutura familiar e as relações pais-filhos. Assim, são levantadas três hipóteses essenciais:

H1: A estrutura familiar em que os sujeitos vivem, por si só, não é uma variável significativa para o desenvolvimento da socialização.

H2: A estrutura familiar em que os sujeitos vivem, por si só, é uma variável significativa para compreender as relações pais-filhos.

H3: A qualidade das relações familiares influencia o desenvolvimento da socialização.

III - Metodologia

SUJEITOS

Para a presente investigação foram recolhidos dados numa escola básica do 2º e 3º ciclos da cidade de Coimbra, tratando-se, a amostra utilizada de uma amostra ocasional. Esta foi composta por 182 sujeitos, dos quais, 84 (46,2%) são do sexo masculino e 98 (53,8%) do sexo feminino. Em termos de nível de escolaridade, 25,3% dos sujeitos encontravam-se a frequentar o 6º ano de escolaridade, 18,1% o 7º ano, 12,1% o 8º ano e 44,5% o 9º ano, apresentando idades entre os 10 e os 19² anos (média=13 anos; d.p.=1,57). No que concerne ao agregado familiar, 76,4% dos sujeitos eram oriundos de famílias intactas, sendo os restantes provenientes de agregados familiares não tradicionais (23,6%) [famílias monoparentais (17,6%), reconstruídas (4,9%) e de outros agregados familiares (1,1%)]. Por fim, relativamente ao nível sócio-económico, 29,1% dos sujeitos apresentavam um nível sócio-económico baixo, 44% um nível sócio-económico médio e 26,9% um nível sócio-económico elevado.

² Embora fossem objecto de estudo apenas sujeitos entre os 11 e os 18 anos de idade, na amostra de investigação participou um sujeito com 10 anos e um sujeito com 19 anos, que não foram excluídos, visto encontrarem-se, respectivamente, no 6º e no 9º ano de escolaridade.

Tabela 1. Caracterização da Amostra

	Frequência	Porcentagem
Nível Sócio-Económico		
Baixo	53	29,1
Médio	80	44,0
Elevado	49	26,9
TOTAL	182	100,0
Sexo		
Masculino	84	46,2
Feminino	98	53,8
TOTAL	182	100,0
Ano de Escolaridade		
6º ano	46	25,3
7º ano	33	18,1
8º ano	22	12,1
9º ano	81	44,5
TOTAL	182	100,0
Agregado Familiar		
Tradicional	139	76,4
Não tradicional	43	23,6
[Monoparental (32), Reconstruído (9), Outro (2)]		
TOTAL	182	100,0

INSTRUMENTOS

Foram aplicados três questionários neste estudo: um questionário sócio-demográfico, o Questionário Sobre as Relações Pais-Filhos (*Questionnaire des Relations Parents-Enfants*, QRPE) e a Bateria de Socialização (BAS-3).

Questionário sócio-demográfico – este instrumento, elaborado no âmbito da presente investigação, contém 13 questões relativas à caracterização dos sujeitos (sexo, idade, ano de escolaridade), da sua estrutura familiar (número de irmãos, agregado familiar, etc.), da sua área de residência (urbano/rural, região geográfica) e do seu nível sócio-económico (profissão dos pais, habilitações literárias dos pais). De referir que, para efeitos de categorização das últimas variáveis (urbano/rural, região geográfica e nível sócio-económico), foi tido como referência o estudo de Simões (1994).

Questionário Sobre as Relações Pais-Filhos – A adaptação portuguesa do Questionário Sobre as Relações Pais-Filhos (*Questionnaire des Relations Parents-Enfants*, QRPE) de Bastin e Delrez (1976), é da autoria de Vaz Serra (1987). Trata-se de um questionário de auto-avaliação que visa analisar o modo como os adolescentes e adultos percebem as suas relações com os pais. É constituído por 63 questões, cuja resposta poderá ser “Verdadeiro”, “Não sei” e “Não Verdadeiro”. A sua cotação permite obter quatro tipos de dados: uma nota geral sobre a atmosfera familiar (dividida em dois factores: F1 – Comunhão de ideias e sentimentos; e F2 – Consistência/Inconsistência), uma nota relativa às relações com o pai

(dividida em sete factores: F1 – Tolerância/Dominância; F2 – Aceitação/Rejeição; F3 – Apreciativa/Inferiorizante; F4 – Autonomia/Sobreprotecção; F5 – Não conflituosa/conflituosa; F6 – Confiança/Desconfiança; e F7 – Pai educador/Pai não educador), uma sobre as relações com a mãe (dividida, também, em sete factores: F1 – Tolerância/Dominância; F2 – Aceitação/Rejeição; F3 – Apreciativa/Inferiorizante; F4 – Consistência/Inconsistência; F5 – Confiança/Desconfiança; F6 – Não conflituosa/conflituosa; e F7 – Mãe educadora/Mãe não educadora) e uma nota global, reflectindo a soma de todos os factores mencionados³.

Bateria de Socialização (BAS-3) – A Bateria de Socialização (BAS-3), é da autoria de Silva, Martorell e Clemente (1985), tendo sido adaptada para a população portuguesa por Ferreira e Rocha (2004). Este instrumento consiste num questionário de auto-avaliação que procura medir dimensões relacionadas com o comportamento social de crianças e adolescentes, entre os 11 e os 18 anos, em particular, no que concerne às relações sociais entre pares. No total, este questionário é composto por 75 itens, cujas respostas poderão ser “Sim” ou “Não”. Os seus resultados permitem obter dados relativos a cinco dimensões sociais. A dimensão “Consideração pelos outros” (Co) é composta por 14 itens e diz respeito à preocupação em relação aos outros, em especial pelos que têm problemas, sofrem de rejeição ou são ignorados, estando, de algum modo, associada aos conceitos de altruísmo e empatia emocional. A dimensão “Auto-controlo nas relações sociais” (Ac), também composta por 14 itens, consiste num factor que poderá ser entendido segundo dois pólos: um em que existe cumprimento e aceitação das normas sociais e regras que facilitam a convivência e o respeito mútuo, e outro caracterizado por comportamentos agressivos ou impositivos. Por outras palavras, é uma dimensão fortemente associada a dimensões de ajustamento social. A dimensão “Isolamento social” (Is) tem também 14 itens e permite detectar um afastamento, passivo ou activo, em relação aos outros. A dimensão “Ansiedade social/Timidez” (At) é constituída por 12 itens, detectando manifestações de ansiedade social passíveis de se relacionarem com a timidez. Finalmente, a dimensão “Liderança” (Li), é composta por 12 itens e avalia aspectos como a ascendência, popularidade, iniciativa, auto-confiança e disponibilidade para ajudar os outros. É possível, ainda, obter uma medida da “Sinceridade” (S) através de 10 itens.

PROCEDIMENTOS

Para a presente investigação procedeu-se à recolha de dados na Escola E. B. 2, 3 de Eugénio de Castro, em 15 turmas do 6º ao 9º ano de escolaridade. Para a selecção da amostra foram escolhidas três turmas de cada um dos anos lectivos supracitados, de acordo com a proporção de alunos com agregados familiares não tradicionais, em relação aos alunos oriundos de agregados familiares tradicionais⁴. Após a selecção das turmas,

³ Quanto mais alto for o valor obtido, melhor será a atmosfera criada.

⁴ Para proceder a essa selecção foram consultados, com a autorização da Direcção da Escola, os processos dos alunos de todas as turmas entre o 6º e o 9º ano de escolaridade.

foram enviados pedidos de autorização aos Encarregados de Educação dos alunos, para que consentissem a participação dos seus educandos na investigação. Mais tarde, e tendo em conta o número relativamente reduzido de autorizações recebidas, optou-se por enviar pedidos de autorização a todas as turmas do 9º ano de escolaridade, visto que era neste grupo que se encontrava mais receptividade dos Encarregados de Educação para autorizar a participação dos alunos, de modo a garantir um número satisfatório de respostas para viabilizar a análise dos resultados.

Assim, dos 301 pedidos enviados aos Encarregados de Educação dos sujeitos, obtiveram-se 182 (61%) autorizações para a participação no estudo. As aplicações foram realizadas colectivamente, em contexto de sala de aula, sendo garantido o anonimato de todas as respostas. Tais condições de administração permitiram o controlo de alguns factores passíveis de influenciar os resultados, tais como, a igualdade de condições de preenchimento em todos os sujeitos e a privacidade das respostas, de modo a que nenhum sujeito se sentisse inibido ao responder.

Na análise de dados, recorreu-se ao teste de Levene (homogeneidade das variâncias) e ao teste *t de Student* de diferença de médias para amostras independentes, considerando um nível de significância de 0,05, para um intervalo de confiança de 95%, para averiguar a relação entre a variável “Estrutura Familiar” (categorizada em dois níveis, Agregado Familiar Tradicional/Agregado Familiar Não Tradicional⁵) e as diferentes variáveis de socialização (“Consideração pelos outros (Co)”, “Auto-controlo nas relações sociais (Ac)”, “Isolamento social (Is)”, “Ansiedade social/Timidez (At)”, “Liderança (Li)” e “Sinceridade (S)”), bem como para verificar a relação entre a variável “Estrutura Familiar” e as variáveis relativas às relações pais-filhos (“Nota Total QRPE”, “Nota Total Pai”, “Nota Total Mãe” e “Nota Total Questões Gerais”). Por sua vez, para averiguar a influência das relações pais-filhos (tomando como variáveis independentes, a “Nota Total QRPE”, a “Nota Total Pai”, a “Nota Total Mãe” e a “Nota Total Questões Gerais”) nas variáveis de socialização (variáveis dependentes), foi realizada uma análise de regressão, complementada, *a posteriori*, por uma análise semelhante, mas, considerando como preditores os factores específicos que compõem cada uma das variáveis acima mencionadas das relações pais-filhos. Ou seja, sempre que se encontraram resultados significativos entre uma variável das relações pais-filhos e uma variável de socialização, procedeu-se a uma análise mais pormenorizada para esclarecer o papel de cada factor específico da variável independente na predição da variável dependente.

IV - Resultados

Antes de referir as análises realizadas e os seus resultados, especificamente para cada hipótese, importará mencionar o facto de os resultados obtidos pela amostra total da presente investigação se encontrarem muito próximos dos resultados das amostras de referência

⁵ A categoria “Agregado Familiar Não Tradicional” inclui famílias monoparentais, reconstruídas e outras.

utilizadas para a aferição portuguesa, quer no QRPE, quer na BAS-3. Com efeito, no caso do QRPE, comparando as duas amostras, verifica-se que os resultados da amostra da investigação são muito próximos daqueles obtidos pela amostra de Vaz Serra, Firmino e Matos (1987), sendo que, em todas as variáveis, os primeiros se apresentam ligeiramente mais elevados que os últimos.

Tabela 2. QRPE: Comparação dos resultados obtidos pela amostra total da investigação (2010) em comparação com a população portuguesa (Vaz Serra, Firmino, & Matos, 1987)

	Amostra da investigação (2010)		População Portuguesa (1987)	
	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio Padrão
N.Total QRPE	97,10	16,24	89,75	17,50
N.TotalQ.Gerais	12,05	3,06	11,41	3,34
N. Total Pai	42,79	8,53	39,53	9,45
N. Total Mãe	42,26	7,55	38,81	8,27

De igual modo, os resultados da Bateria de Socialização (BAS-3) encontram-se muito próximos dos obtidos pela amostra portuguesa estudada por Ferreira e Rocha (2004) aquando da aferição do instrumento para o nosso país, diferenciando-se desta apenas por décimas.

Tabela 3. BAS-3: Comparação dos resultados obtidos pela amostra total da investigação (2010) em comparação com a amostra portuguesa (Ferreira, & Rocha, 2004)

	Amostra da investigação (2010)		Amostra Portuguesa (2004)	
	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio Padrão
Consideração pelos outros	12,50	1,93	12,84	1,78
Auto-controlo nas relações sociais	10,30	2,47	10,04	2,77
Isolamento social	2,01	2,28	2,10	2,09
Ansiedade social/Timidez	4,65	2,61	4,09	2,75
Liderança	6,71	2,66	6,71	2,40
Sinceridade	4,79	2,08	4,93	2,22

No que concerne às análises realizadas, é de salientar que, de um modo geral, os resultados obtidos vão no mesmo sentido dos já encontrados em anteriores investigações realizadas nesta área, permitindo corroborar algumas das hipóteses colocadas.

AGREGADO FAMILIAR E SOCIALIZAÇÃO

A primeira hipótese, relativa à variável “Estrutura Familiar”, foi confirmada, verificando-se assim que, isoladamente, esta variável não é suficiente para explicar o desenvolvimento da socialização. Com efeito, o teste *t de Student* para amostras independentes não revelou resultados significativos na análise da relação entre o agregado familiar e as diversas variáveis de socialização, à excepção da variável “Isolamento social” ($t=$

1,992; $p=,048$). Assim, apenas foram encontradas diferenças significativas entre os dois grupos comparados (Agregado Familiar Tradicional e Agregado Familiar Não Tradicional) no que diz respeito à dimensão “Isolamento social”, sendo o valor da média superior no grupo “Não tradicional” (2,605) em relação ao grupo “Tradicional” (1,820).

Tabela 4. Teste *t* de Student para amostras independentes (Agregado Familiar X Socialização)

Agregado Familiar	Socialização	Média	Desvio-padrão	Diferença entre médias	<i>t</i>	<i>p</i>
Tradicional	Consideração pelos outros	12,482	1,803	-,761	-,225	,822
Não Tradicional		12,558	2,323			
Tradicional	Auto-controlo nas relações sociais	10,453	2,480	,639	1,485	,139
Não Tradicional		9,814	2,423			
Tradicional	Isolamento social	1,820	2,181	-,785	-1,992	,048
Não Tradicional		2,605	2,489			
Tradicional	Ansiedade social/Timidez	4,540	2,652	-,460	-1,009	,314
Não Tradicional		5,000	2,488			
Tradicional	Liderança	6,662	2,709	-,199	-,457	,670
Não Tradicional		6,861	2,522			
Tradicional	Sinceridade	4,835	2,139	,207	,567	,571
Não Tradicional		4,628	1,915			

Considerando os resultados obtidos, e no sentido de procurar compreender mais pormenorizadamente o efeito do agregado familiar na variável “Isolamento social”, procedeu-se a uma regressão linear (tabela 5.). Esta análise mostrou-nos, então que, apesar de significativa apenas cerca de 2% da variância é explicada pela variável independente ($R^2=,022$; $p=,048$).

Tabela 5. Regressão Linear do Agregado Familiar na variável “Isolamento Social”

V. Dependente	V. Independente	R	R^2	F	P	<i>t</i>	<i>p</i>
Isolamento Social	Agregado Familiar	,147	,022	3,968	,048	1,992	,048

AGREGADO FAMILIAR E RELAÇÕES PAIS-FILHOS

Na relação entre as variáveis “Estrutura Familiar” e as diferentes dimensões das relações pais-filhos, o teste *t* de Student para amostras independentes permitiu refutar a segunda hipótese colocada, relativa à existência de diferenças na qualidade das relações pais-filhos consoante o agregado familiar. Efectivamente, não foram obtidos resultados estatisticamente significativos nesta análise, não sendo possível assumir o efeito de diferentes agregados familiares nas relações entre pais e filhos. Apesar de não se poderem retirar conclusões significativas, será, ainda assim, interessante verificar algumas tendências que surgem com os resultados apresentados na tabela 6. Com efeito, verifica-se que a média do grupo “Agregado Familiar Tradicional” é superior à do grupo “Agregado Familiar Não Tradicional” em todas as dimensões analisadas, à excepção da

variável “Nota Total Mãe”. Por outras palavras, os sujeitos que vivem em agregados familiares não tradicionais apresentam médias mais elevadas na variável relativa à percepção das relações com a mãe, enquanto a atmosfera familiar e a relação com o pai obtêm médias mais elevadas no caso de sujeitos de agregados familiares tradicionais.

Tabela 6. Teste *t* de Student para amostras independentes (Agregado Familiar X Relações pais-filhos)

Agregado Familiar	Relações Pais-Filhos	Média	Desvio-padrão	Diferença entre médias	<i>t</i>	<i>p</i>
Tradicional	Nota Total	97,417	16,435	1,348	,475	,636
Não Tradicional	QRPE	96,070	15,715			
Tradicional	Nota Total	12,101	3,079	,194	,362	,718
Não Tradicional	Questões Gerais	11,907	3,022			
Tradicional	Nota Total Pai	43,432	8,204	2,734	1,849	,066
Não Tradicional		40,698	9,303			
Tradicional	Nota Total Mãe	41,885	7,782	-1,580	-1,201	,231
Não Tradicional		43,465	6,677			

RELAÇÕES PAIS-FILHOS E SOCIALIZAÇÃO

Através da análise de regressão linear múltipla das dimensões das relações pais-filhos nas diversas dimensões da socialização consideradas neste estudo, verificou-se que a maioria dos modelos testados se revelou significativa. Tal permite corroborar a terceira hipótese colocada, ou seja, que a qualidade das relações familiares constitui uma variável preditora do desenvolvimento da socialização. Como já mencionado, foram utilizadas, como variáveis independentes, as quatro notas totais obtidas no QRPE, tendo sido excluída deste grupo a variável “Nota Total QRPE”, uma vez que apresentava uma elevada colinearidade com as demais, facto expectável, visto que esta dimensão consiste no somatório das restantes três (“Nota Total Questões Gerais”, “Nota Total Pai” e “Nota Total Mãe”).

Como se pode verificar, através da consulta da tabela 7., os modelos de regressão testados permitem-nos assumir que as relações pais-filhos são, de um modo geral, preditores da socialização, em particular no que concerne às variáveis “Consideração pelos outros” ($R^2=,111$; $p=,000$), “Auto-controlo nas relações sociais” ($R^2=,181$; $p=,000$), “Isolamento social” ($R^2=,121$; $p=,000$) e “Sinceridade” ($R^2=,080$; $p=,002$). No caso da variável “Liderança”, o modelo de regressão não foi significativo ($p=,267$) e na variável “Ansiedade social/Timidez”, embora o modelo seja significativo ($p=,024$), nenhuma das variáveis das relações pais-filhos surge como preditor significativo desta dimensão. Por outras palavras, as relações pais-filhos poderão ser consideradas preditores de três das cinco variáveis da socialização testadas e, ainda, da variável “Sinceridade”. É, todavia, de destacar que as diferentes dimensões são explicadas por diferentes variáveis das relações pais-filhos. Efectivamente, a “Nota Total Pai” apresenta-se como preditor da variável “Consideração pelos outros” ($t=2,733$; $p=,007$), a “Nota Total Mãe” surge como preditor do “Auto-controlo nas relações

sociais” ($t=2,631$; $p=,009$) e da “Sinceridade” ($t= -2,672$; $p=,008$), enquanto a variável “Nota Total Questões Gerais” é preditor da dimensão “Isolamento social” ($t= -2,189$; $p=,030$).

Tabela 7. Regressão Linear das Relações Pais-Filhos nas dimensões da Socialização

V. Dependente	V. Independente	R	R ²	F	p	t	P
Consideração pelos outros	N. Total Q. Gerais					-,104	,917
	N. Total Pai	,334	,111	7,442	,000	2,733	,007
	N. Total Mãe					1,234	,219
Auto-controlo nas relações sociais	N. Total Q. Gerais					1,283	,201
	N. Total Pai	,426	,181	13,122	,000	1,927	,056
	N. Total Mãe					2,631	,009
Isolamento social	N. Total Q. Gerais					-,2189	,030
	N. Total Pai	,348	,121	8,181	,000	-1,129	,260
	N. Total Mãe					-1,542	,125
Ansiedade socia/Timidez	N. Total Q. Gerais					-1,611	,109
	N. Total Pai	,227	,052	3,230	,024	-1,557	,121
	N. Total Mãe					,362	,718
Liderança	N. Total Q. Gerais					-,236	,813
	N. Total Pai	,148	,022	1,326	,267	1,705	,090
	N. Total Mãe					-,211	,833
Sinceridade	N. Total Q. Gerais					,756	,451
	N. Total Pai	,282	,080	5,138	,002	-,862	,390
	N. Total Mãe					-2,672	,008

Considerando os resultados obtidos, optou-se por realizar uma nova análise de regressão, complementar, de modo a verificar, com mais detalhe, qual ou quais os factores específicos que predizem cada uma das variáveis de socialização explicadas pelas relações com o pai, com a mãe ou pela atmosfera familiar. Assim, como se poderá consultar na tabela 8, verificou-se que, das dimensões relativas às relações com o pai, foram a “Aceitação/Rejeição” ($t=4,941$; $p=,000$) e a “Confiança/Desconfiança” ($t=-2,282$; $p=,024$) as que contribuíram significativamente para explicar 19,7% da variância no factor de socialização “Consideração pelos outros” ($R^2=,197$; $p=,000$). No que concerne ao “Auto-controlo nas relações sociais”, explicado pelas relações com a mãe, foram as dimensões “Tolerância/Dominância” ($t=4,189$; $p=,000$), “Aceitação/Rejeição” ($t=2,525$; $p=,012$) e “Consistência/Inconsistência” ($t=3,045$; $p=,003$) as que explicam 22,9% da variância ($R^2=,229$; $p=,000$). Já na outra dimensão de socialização da qual a “Nota Total Mãe” constituiu uma variável preditora (“Sinceridade”), foram as dimensões “Tolerância/Dominância” ($t=-2,394$; $p=,018$), “Aceitação/Rejeição” ($t=-3,292$; $p=,001$), “Apreciativa/Inferiorizante” ($t=2,077$; $p=,039$) e “Conflituosa/Não conflituosa” ($t=-2,573$; $p=,011$) as que contribuíram para explicar 16,4% da variância ($R^2=,164$; $p=,000$). Por fim, no que concerne ao “Isolamento Social”, explicado pela “Nota Total Questões Gerais”, os resultados obtidos apontam para o facto de ambas as dimensões deste factor, Comunhão de ideias e sentimentos ($t=-2,828$;

$p=,005$) e Consistência/Inconsistência ($t=-2,533$; $p=,012$), serem preditores da referida dimensão de socialização ($R^2=,085$; $p=,000$).

Tabela 8. Regressão Linear (Relações Pais-Filhos X Socialização: Análise de factores)

V. Dependente	V. Independente	R	R ²	F	p	T	P
Consideração pelos outros	Tolerância/Dominância					,618	,537
	Aceitação/Rejeição					4,941	,000
	Apreciativo/Inferiorizante					,673	,502
	Autonomia/Sobreprotecção	,444	,197	6,104	,000	1,828	,069
	Não conflituosa/Conflituosa					-1,424	,156
	Confiança/Desconfiança					-2,282	,024
	Pai educador/ Pai não educador					-1,159	,284
Auto-controlo nas relações sociais	Tolerância/Dominância	,479	,229	7,389	,000	4,189	,000
	Aceitação/Rejeição					2,525	,012
	Apreciativa/Inferiorizante					-1,287	,200
	Consistência/Inconsistência					3,045	,003
	Confiança/Desconfiança					-1,618	,108
	Não conflituosa/Conflituosa					,421	,675
	Mãe educadora/ Mãe não educadora					1,362	,175
Sinceridade	Tolerância/Dominância					-2,394	,018
	Aceitação/Rejeição					-3,292	,001
	Apreciativa/Inferiorizante					2,077	,039
	Consistência/Inconsistência	,405	,164	4,874	,000	-,196	,845
	Confiança/Desconfiança					,691	,491
	Não conflituosa/Conflituosa					-2,573	,011
	Mãe educadora/ Mãe não educadora					,547	,585
Isolamento social	Comunhão de ideias e sentimentos	,292	,085	8,314	,000	-2,828	,005
	Consistência/Inconsistência					-2,533	,012

V - Discussão

Os resultados obtidos permitem retirar conclusões bastante satisfatórias para o objectivo da presente investigação, corroborando duas das três hipóteses colocadas previamente.

Considerando a amostra utilizada para o estudo, é de salientar o facto de que, apesar de ocasional, esta se caracterizou por uma distribuição bastante equilibrada no que concerne a variáveis como o sexo (masculino=46,2%; feminino=53,8%) e o nível sócio-económico dos sujeitos (baixo=29,1%; médio=44,0%; elevado=26,9%). De igual modo, como já mencionado, apresentou resultados bastante semelhantes aos obtidos pelas amostras de aferição do QRPE e da BAS-3, encontrando-se os valores médios bastante próximos dos valores médios de referência, o que indica que a amostra não apresenta resultados atípicos, nem do ponto de

vista da socialização, nem do ponto de vista das relações pais-filhos.

Assim, os resultados obtidos indicam que a percepção que os sujeitos da amostra estudada possuem sobre o seu comportamento social se encontra muito próxima da percepção da população em geral, correspondendo, por isso, a avaliações geralmente positivas do modo como os sujeitos interagem em contextos sociais. No que concerne às relações pais-filhos, tais resultados indicam que os sujeitos da amostra estudada percebem as suas relações com o pai, com a mãe, assim como a atmosfera familiar em que vivem, de um modo geral, da mesma forma que a população portuguesa, tendendo, contudo, para uma percepção ligeiramente melhor de todos estes aspectos avaliados pelo QRPE. Será, portanto, interessante notar que, tendo em conta que a amostra de aferição apresentava uma média de idades (média=23,71; d.p.=6,59) bastante superior à registada na amostra deste estudo, a percepção dos sujeitos sobre as relações com os seus pais não parece diferir significativamente consoante a faixa etária dos sujeitos, embora se destaque uma ligeira tendência para que sujeitos mais jovens avaliem as relações com os pais como tendo maior qualidade que sujeitos menos jovens.

Um outro facto interessante prende-se com a distribuição da amostra de acordo com o seu agregado familiar. Efectivamente, se os dois grupos apresentam um desequilíbrio assinalável em termos da quantidade de sujeitos (tradicional=76,4%; não tradicional=23,6%), este mesmo desequilíbrio não reflecte senão os dados demográficos, referidos na *International Encyclopedia of Adolescence* relativamente ao número de famílias tradicionais em Portugal (75,2%, mencionados por Taborda Simões, Vale Dias, Formosinho, & Fonseca, 2007). Assim, embora a análise dos dados possa ter sido prejudicada pelo número reduzido de sujeitos de agregados familiares não tradicionais em relação aos sujeitos de agregados familiares tradicionais, a amostra ocasional recolhida acaba por apresentar uma distribuição muito semelhante à verificada na população portuguesa.

AGREGADO FAMILIAR E SOCIALIZAÇÃO

Quanto à primeira hipótese colocada, a investigação permitiu confirmar o facto de, por si só, a variável “Estrutura Familiar” não ser suficiente para explicar o desenvolvimento da socialização, uma vez que não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os dois tipos de agregado familiar na maioria das dimensões de socialização analisadas. Tal resultado permite, assim, concluir que a qualidade da socialização dos filhos não dependerá apenas do agregado familiar em que vivem, ou seja, o facto de ter pais separados/divorciados não implica necessariamente problemas do ponto de vista dos comportamentos sociais, nem o facto de viver com ambos os pais significa a ausência de dificuldades nesta área. Todavia, e considerando as diferenças significativas entre os dois grupos na dimensão “Isolamento social” (embora em ambos os grupos os resultados alcançados estejam dentro da média), importará reflectir sobre a razão que justifica uma tendência para um maior afastamento, passivo ou activo em relação aos outros, em sujeitos oriundos de agregados familiares não tradicionais, em relação aos que vivem em agregados familiares

tradicionais. Ora, tendo em conta que nenhuma outra variável de socialização apresentou tal comportamento, e considerando que a variável “Estrutura Familiar” explica apenas 2% da variância, poderemos, eventualmente, atribuir estes resultados à conjugação da variável “Estrutura Familiar” com outros factores, como, por exemplo, a atmosfera familiar, visto que se verificou, na análise de regressão, que a variável “Nota Total Questões Gerais” se apresentou como preditor da dimensão “Isolamento social”, explicando 12% da variância. Para além desta poderemos especular sobre o efeito de outras dimensões não analisadas no presente estudo, como, por exemplo, o nível sócio-económico dos sujeitos, o número de irmãos ou a sua posição na fratria.

AGREGADO FAMILIAR E RELAÇÕES PAIS-FILHOS

A hipótese colocada acerca da possibilidade de existirem diferenças entre as médias obtidas na qualidade das relações pais-filhos consoante o agregado familiar foi refutada, não sendo possível assumir que esta variável tenha efeito no modo como os elementos que constituem a família se relacionam. Ora, se por um lado poderemos questionar se este resultado será devido ao desequilíbrio da amostra, dado que o grupo de sujeitos pertencendo a famílias tradicionais é bastante mais numeroso que o grupo de sujeitos oriundos de famílias não tradicionais, por outro lado, verificamos que esta conclusão vai ao encontro dos resultados já verificados em diversas investigações. De facto, diversos autores confirmaram a existência de poucas diferenças entre filhos de famílias tradicionais e filhos de famílias não tradicionais, considerando portanto como mais relevante a consideração das relações que se verificam no seio da família do que a estrutura familiar propriamente dita (Patterson 2006; Stevens, Golombok, Beveridge, & Avon, 2002; Stevenson, & Black, 1988; McHale *et al.*, 2003, *in* Berenbaum, Martin, & Ruble, 2008). De facto, parece que “o traumatismo do divórcio vem menos do facto de ter pais separados que de ter pais em conflito” (Bastard *et al.*, 1996, *cit in* Taborda-Simões, & Ataíde, 2001, 241).

RELAÇÕES PAIS-FILHOS E SOCIALIZAÇÃO

No que concerne à terceira e última hipótese colocada, relativa ao papel das relações pais-filhos no desenvolvimento da socialização, verificou-se que, de facto, a qualidade das relações familiares constitui, por si só, uma variável preditora do desenvolvimento da socialização, uma vez que, três das cinco dimensões de socialização testadas (“Consideração pelos outros”, “Auto-controlo nas relações sociais” e “Isolamento social”), assim como a dimensão relativa à sinceridade, foram explicadas pelas diferentes dimensões do QRPE (“Nota Total Questões Gerais”, “Nota Total Pai” e “Nota Total Mãe”). Relativamente a estes resultados, surgem dois aspectos que convém sublinhar.

Em primeiro lugar, é de destacar o facto de diferentes dimensões das relações pais-filhos explicarem diferentes dimensões de socialização.

Com efeito, as relações com o pai, em particular, no que se refere à aceitação (questões relativas à qualidade da comunicação, empatia e

colaboração) e ao grau de confiança existente na relação, surgem como preditores da dimensão relativa à sensibilidade social, preocupação com os outros, altruísmo e empatia emocional (“Consideração pelos outros”). Por outras palavras, quanto maior a aceitação existente na relação com o pai, maior a consideração pelos outros. Inversamente, no que concerne à dimensão da confiança, o resultado obtido apresenta-se contrário ao que seria expectável, ou seja, verifica-se que, quanto menor o valor obtido na confiança, mais elevada será a consideração pelos outros. Tal resultado poderá, porém, dever-se à natureza relativamente ambígua da única questão que avalia a dimensão das relações pais-filhos referida: “o meu pai tratava-me como a um homenzinho/mulherzinha”.

Por sua vez, as relações com a mãe parecem explicar a dimensão relativa ao respeito pelas normas sociais, potenciadoras de uma convivência baseada no respeito mútuo, ou seja, “Auto-controlo nas relações sociais”, em particular aspectos como o grau de tolerância ou dominância (ou seja, o exercício da autoridade/críticas), o nível de aceitação/rejeição (comunicação, empatia, colaboração existente na relação) e a consistência ou inconsistência, no que concerne à disciplina exercida. Assim, verificou-se que, quanto mais elevadas as dimensões referidas, mais elevado será o auto-controlo dos filhos nas relações sociais. Como já verificado, as relações com a mãe também se mostraram ser preditores da dimensão “Sinceridade”, a única dimensão que não constitui uma medida do comportamento social dos sujeitos.

Por fim, e como já referido anteriormente, a atmosfera familiar surge como variável explicativa do “Isolamento social”, sendo que ambas as dimensões deste factor do QRPE (Comunhão de ideias e sentimentos e Consistência/Inconsistência) contribuem para explicar esta dimensão de socialização, ou seja, quanto maior a percepção de harmonia e bem-estar no seio da família e quanto maior a consistência revelada pelos dois progenitores, menor será a tendência para um afastamento em relação aos outros por parte dos filhos.

Em suma, verifica-se um efeito diferenciado dos vários aspectos familiares nas diferentes dimensões do comportamento social dos sujeitos, confirmando-se que “diferentes membros da família – mãe, pai, filhos – se influenciam mutuamente” (Minuchin, 2002, *cit in* Parke, & Brueil, 2008, 96) e que “a natureza das relações interpessoais, no contexto familiar, é um factor importante no desenvolvimento da criança, ainda que, a estrutura familiar não seja a de uma família nuclear” (Schaffer, 1990, *cit in* Pires, 2005). De destacar, por fim, o facto de, em todas as dimensões de socialização explicadas pelas relações com o pai ou pelas relações com a mãe, surgir sempre como preditor o factor “Aceitação/Rejeição” (como factor paterno e como factor materno). Este factor do QRPE inclui questões como “era ao meu pai que contava os meus aborrecimentos e as minhas preocupações” / “era à minha mãe que contava os meus aborrecimentos e as minhas preocupações”, “o meu pai gostava bastante de brincar comigo” / “a minha mãe gostava bastante de brincar comigo”, “gostava muito que o meu pai me ajudasse nos trabalhos” / “gostava muito que a minha mãe me ajudasse

nos trabalhos”, etc. Assim, os aspectos relacionais relativos a uma boa comunicação, empatia e colaboração entre pais e filhos, revelaram-se particularmente importantes para um comportamento social mais ajustado, sobretudo no que diz respeito à empatia emocional, altruísmo, cuidado com os outros e à aceitação de normas sociais e regras promotoras do respeito mútuo.

Em segundo lugar, um outro aspecto de referência prende-se com as variáveis que não foram explicadas pelas relações pais-filhos, ou seja, a variável “Ansiedade Social/Timidez” (medo, ansiedade, timidez em situações sociais) e a variável “Liderança” (ascendência, popularidade, iniciativa, auto-confiança, espírito de ajuda). Com efeito, as duas variáveis têm em comum o facto de se reportarem à participação dos sujeitos em grupos sociais extra-familiares, como o grupo de pares, ou o contexto escolar, uma vez que “as relações interpessoais extra-familiares contribuem significativamente para a competência individual e relacional na infância e na adolescência” (Collins, Maccoby, Steinberg, Hetherington, & Bornstein, 2000, *cit in* Collins, & Steinberg, 2008, 551). Ora, de igual modo, se “o comportamento social é muitas vezes moldado pelas disposições dos indivíduos envolvidos nas interacções [...], reciprocamente, as relações sociais também poderão ter um efeito profundo na personalidade.” (Jensen-Campbell, Knack, & Rex-Lear, 2009, 506). Assim, estas duas dimensões encontram-se, também, associadas a características individuais de cariz disposicional.

Com efeito, os estudos estatísticos realizados no âmbito da construção da BAS-3 (Silva, Martorell, & Clemente, 1985) revelaram a existência de uma correlação significativa elevada entre a dimensão “Ansiedade social/Timidez” e a escala de Neuroticismo do EPQ-J (Eysenck, & Eysenck, 1981), assim como uma correlação negativa ligeira entre a mesma dimensão e a escala de Extroversão. De igual modo, destacou-se, também, uma correlação positiva entre a dimensão “Liderança” e a escala de Extroversão do EPQ-J.

Neste ponto, será importante mencionar a taxonomia de traços de personalidade em crianças e adolescentes, baseada no modelo dos cinco factores (Big Five), proposta por Shiner e Caspi (2008), segundo a qual um modelo de personalidade composto por cinco traços seria demasiadamente genérico para contemplar todas as variações da personalidade humana. Com efeito, os autores incluíram elementos secundários, para distinguir traços mais específicos dentro de cada um dos cinco traços principais (Neuroticismo, Extroversão, Conscienciosidade, Agradabilidade e Abertura à Experiência). Assim, seguindo o modelo referido, podemos encontrar uma associação entre aspectos relativos à Ansiedade social/Timidez e Liderança e elementos secundários referentes a dois dos cinco traços de personalidade mencionados, de resto, os mesmos que se correlacionavam com estas dimensões de socialização, nomeadamente, a Extroversão e o Neuroticismo. A primeira refere-se a indivíduos “sociáveis, expressivos, com espírito elevado, animados, socialmente fortes, fisicamente activos e energéticos” (Shiner, & Caspi, 2008, 188), sendo os seus traços secundários relativos à

sociabilidade e ao nível de energia/actividade, ou seja, características muito próximas de algumas das que caracterizam a liderança, como é o caso da ascendência, da iniciativa e da auto-confiança. De facto, diversos autores têm confirmado que as características de liderança se encontram, muitas vezes, associadas a um bom auto-conceito, elevada confiança em situações sociais e segurança e orientação pró-social perante os pares e amigos. (Scharf, & Mayseless, 2009).

Por outro lado, no pólo oposto da extroversão encontramos a “inibição social, sentimentos de desconforto e relutância em agir perante situações novas” (Shiner, & Caspi, 2008, 188), “hesitação com novos pares ou adultos, cautela em situações fisicamente desafiadoras ou não-familiares, dificuldade de separação dos pais e desconforto agudo em situações de desempenho” (Bishop, Spence, & McDonald, 2003, *cit in* Shiner, & Caspi, 2008, 188). Neste pólo negativo da extroversão encontramos, por isso, aspectos semelhantes aos que definem o factor “Ansiedade social/Timidez”, nomeadamente, medo, ansiedade e timidez em situações sociais. Complementarmente, o neuroticismo também surge associado a este factor da socialização, na medida em que um “elevado neuroticismo poderá também estar associado a uma variedade de comportamentos interpessoais aversivos na infância [...] e tende a incluir diversos traços secundários, incluindo ansiedade e tristeza (Muris, Schmidt, Merckelbach, & Schouten, 2001)”. (Shiner, & Caspi, 2008, 189-190).

VI - Conclusões

É inequívoco que “as famílias são continuamente confrontadas por desafios, mudanças e oportunidades” e que as “diversas mudanças na sociedade têm produzido alterações nas relações familiares.” (Parke, & Buriel, 2008, 113). Por tal motivo, o estudo das questões estruturais e relacionais no seio das novas formas de famílias assume uma importância crescente e assinalável, sobretudo se esse mesmo estudo contribuir para compreender as implicações dos novos desafios colocados às famílias actuais no desenvolvimento dos seus filhos. Através da presente investigação, consideramos, então, ser possível retirar algumas conclusões de interesse, quer a nível teórico, quer do ponto de vista prático.

Em primeiro lugar, foi possível verificar, na amostra estudada, que a estrutura familiar, por si só, não basta para compreendermos o modo como se desenvolvem os comportamentos sociais dos filhos. Por outras palavras, o facto de se viver no seio de uma família tradicional não constitui um factor protector para o desenvolvimento da socialização, nem a vivência num agregado familiar não tradicional representa um factor de risco.

Não foram, também, encontradas diferenças significativas entre sujeitos de agregados familiares tradicionais e não tradicionais no que concerne à qualidade das relações pais-filhos, indicando, novamente, que, mais do que aspectos estruturais do agregado familiar, são os aspectos relacionais que efectivamente contribuem para um funcionamento ajustado dos sujeitos e das suas famílias, sejam elas compostas por ambos os pais ou não.

Com efeito, confirmou-se que é a qualidade das relações pais-filhos que explica uma parte do desenvolvimento da socialização, sendo que diferentes componentes relacionais no seio da família (relação com o pai, relação com a mãe, atmosfera familiar) explicam diferentes dimensões da socialização, ficando de parte, contudo, as referentes à participação em grupos extra-familiares e fortemente associadas a traços de personalidade (ansiedade social/timidez e liderança). Assim, a consideração pelos outros será explicada pela qualidade da relação com o pai, o isolamento social pela qualidade da atmosfera familiar e a relação com a mãe será preditor do auto-controlo nas relações sociais. Confirma-se, portanto, que as relações entre pais e filhos poderão constituir elementos fundamentais para o ajustamento social dos filhos, sobretudo em aspectos relativos à sua empatia emocional, altruísmo, cuidado com os outros e à aceitação de normas sociais e regras promotoras do respeito mútuo.

Assim, os dados obtidos pela amostra utilizada permitiram corroborar as conclusões de diversos autores que apontavam no mesmo sentido (Hetherington, Cox, & Cox, 1982; Schneider, 1993; Taborda Simões, & Ataíde, 2001; Kelly, 2007; Ahrons, 2007; Stadelmann, Perren, Groeben, & VonKlitzing, 2010), ou seja, independentemente das características da estrutura familiar, é o modo como os elementos se relacionam, no seio da família, que irá influir no desenvolvimento dos filhos e, neste caso, em particular, no desenvolvimento da socialização.

De facto, tais resultados poderão contribuir para a desmistificação de diversas ideias comumente aceites por grande parte dos elementos em contacto com as crianças e adolescentes (tais como a família, o grupo de pares, a escola, entidades recreativas, etc.), resultando em implicações bastante importantes do ponto de vista das relações familiares e do ponto de vista do desenvolvimento da socialização, aquando de uma situação de divórcio ou separação, já que, sem dúvida que “o reconhecimento da família como parceira de outras instituições, tais como os pares, escolas, media, instituições religiosas e políticas governamentais que, no seu todo, influenciam o desenvolvimento da criança, tem expandido significativamente a nossa visão do papel da família no processo de socialização e sugere que a família – directa ou indirectamente – poderá ter um impacto maior nos resultados da criança do que anteriormente se poderia pensar.” (Parke, & Buriel, 2008, 128).

Assim, será importante destacar, que, mesmo num agregado familiar tradicional, “a relação marido, mulher e filhos, vai-se modificando gradualmente com o tempo. Quando algum deles muda a sua forma de interacção, o facto não é imune e as relações entre todos podem ser afectadas” (Vaz Serra, Firmino, & Matos, 1987, 129). Deste modo, será de grande relevância salientar, junto dos progenitores que estejam a ponderar uma situação de divórcio/separação ou que já se encontrem divorciados/separados, que uma nova estrutura familiar não implica a deterioração das relações pais-filhos nem tampouco limitações no desenvolvimento do comportamento social dos filhos. Efectivamente, o mais relevante é o modo como o casal lida com as alterações na vida e na

estrutura familiar, procurando ao máximo evitar elevados níveis de conflitualidade, antes, durante e após o divórcio, já que, muitas vezes, é o conflito parental, e não as mudanças devidas a um divórcio, o principal responsável pela deterioração das relações pais-filhos (Grych, & Fincham, 1990). Então, “é importante uma relação para com o filho, de tolerância, de compreensão, de ajuda e de incentivo para vencer as dificuldades, tanto da parte da mãe como do pai (...) desta forma o filho encontra as condições necessárias de aceitação que lhe permitem com maior facilidade explorar o mundo e contactar com as pessoas e a aprender igualmente e desenvolver autonomia.” (Vaz Serra, Firmino, & Matos, 1987, 141). Por outras palavras, para um desenvolvimento ajustado dos comportamentos sociais dos filhos mais do que a coabitação, importa o estabelecimento de boas relações entre os vários elementos da família e, sobretudo, entre os progenitores e a criança/adolescente. Efectivamente, “o divórcio é muitas vezes uma alternativa melhor em relação à manutenção de uma família intacta mas com elevados níveis de stress e infeliz” (Dacey, & Travers, 2002, 311-312).

Será, portanto, benéfico que instâncias como o Tribunal de Família e Menores ou o Instituto de Mediação Familiar reforcem, ao longo de um processo de divórcio/separação, a importância da colaboração e do estabelecimento de relações com o mínimo de conflitualidade, em nome da preservação de boas relações entre pais e filhos e de um desenvolvimento social ajustado dos últimos. Neste sentido, “as intervenções devem estar vocacionadas para ensinar aos pais métodos para, de uma forma construtiva, resolverem os seus conflitos” (Kim, Jackson, Conrad, & Hunter, 2008, 748).

Além destas instâncias, também junto de outras instituições que lidam com a família, como é o caso das escolas, será fundamental reforçar que o agregado familiar da criança ou do adolescente não deverá ser motivo para assumir à partida uma limitação ou uma vantagem do ponto de vista do desenvolvimento dos comportamentos sociais. Nunca será demais salientar que, não só é possível como é bastante importante desmistificar a ideia de que, apenas por ter pais divorciados/separados, uma criança ou adolescente terá um funcionamento menos ajustado em situações sociais ou que terá uma relação deteriorada com os seus progenitores.

São de apontar, todavia, algumas limitações a esta investigação. Em primeiro lugar, destacam-se as relativas à amostra utilizada, ou seja, o facto de a amostra ser de natureza ocasional, o que constitui uma incerteza quanto à possibilidade de generalização dos resultados para a população em geral. Note-se, neste âmbito, que apesar de ocasional, as análises descritivas efectuadas revelam que a amostra reflecte, em parte, as características da população portuguesa, em particular no que diz respeito ao sexo, nível sócio-económico e tipo de agregado familiar. Não obstante, e apesar de parecer ilustrar a realidade portuguesa, a amostra revela um desequilíbrio acentuado entre a quantidade de sujeitos que viviam em agregados familiares tradicionais e não tradicionais, não permitindo comparações entre dois grupos com um número semelhante de sujeitos, como seria desejável.

No que concerne às variáveis analisadas, são de destacar alguns aspectos que poderão ser aprofundados em investigações futuras.

Efectivamente, na construção do questionário sócio-demográfico poderiam ter sido incluídas questões que permitissem uma compreensão mais detalhada e elucidativa dos contextos familiares dos sujeitos, nomeadamente, poder-se-iam ter incluído mais alternativas de resposta em questões como a frequência do contacto com o outro progenitor, no caso dos sujeitos que vivem em famílias monoparentais e/ou reconstruídas. De igual modo, poder-se-ia, também, ter incluído questões abertas (i.e. fora do formato de escolha múltipla) para que pudessem ser descritas situações não contempladas pelas respostas possíveis de escolha múltipla apresentadas.

Acresce o facto de diversas variáveis recolhidas não terem sido analisadas na sua interação com as dimensões que foram alvo de investigação. Referimo-nos, especificamente, a factores como o género, a idade, o número de irmãos, o nível sócio-económico e o tempo decorrido após o divórcio, que poderiam contribuir para uma compreensão complementar, mais completa e detalhada dos resultados obtidos.

Finalmente, poder-se-á apontar uma limitação relativa à natureza dos resultados obtidos, uma vez que estes decorrem exclusivamente da recolha de questionários de auto-resposta, ou seja, constituem uma avaliação subjectiva dos sujeitos em relação a si próprios e à sua situação.

Assim, seria interessante, replicar este estudo, com uma amostra mais extensa e equilibrada em termos da quantidade de sujeitos que compõem cada grupo, procedendo à análise das diferenças entre os vários subsistemas familiares não tradicionais existentes, ou seja, averiguando se existem diferenças nas variáveis estudadas, entre agregados familiares monoparentais, reconstruídos e outros tipos de estrutura.

De igual modo, seria também relevante considerar algumas variáveis que ficaram por explorar, de forma a entender se, e de que modo, dimensões como o género, a idade, o tempo decorrido após o divórcio, o número de irmãos e a posição dos sujeitos na fratria contribuiriam para explicar e compreender melhor os resultados encontrados nesta investigação.

Poderia revelar-se igualmente proveitosa a aplicação de outras medidas de análise das variáveis em estudo, para além dos questionários de auto-resposta utilizados, recorrendo, por exemplo, à observação directa e à análise da percepção dos pais, dos educadores/professores, dos irmãos, quer através de questionários, quer através de entrevistas.

Finalmente, e no sentido de realizar um estudo mais exaustivo, seria importante recorrer à análise dos diferentes subsistemas relacionais no seio da família, uma vez que, “a relação conjugal, a relação mãe-filho e a relação pai-filho requerem análises distintas” (Parke *et al.*, 2001 *cit in* Parke, & Buriel, 2008, 96) que poderiam promover uma compreensão mais completa dos aspectos estruturais e relacionais que contribuem para o desenvolvimento dos comportamentos sociais dos filhos, quer nos agregados familiares tradicionais, quer nos agregados familiares não tradicionais. Complementarmente, seria interessante analisar os estilos parentais na sua relação com as relações pais-filhos, dado que esta dimensão poderá influenciar a atmosfera familiar ou ser influenciada por ela, podendo, eventualmente, contribuir, também, para explicar o desenvolvimento da

socialização na infância e adolescência.

Bibliografia

- Ahrons, C. R. (2007). Family ties after divorce: Long-term implications for children. *Family Process*, 46(1), 53-65.
- Berenbaum, S. A., Martin, C. L., & Ruble, D. N. (2008). Gender development. In W. Damon, & R. M. Lerner (Eds.), *Child and adolescent development: An advanced course* (pp. 647-695). Hoboken, N.J.:Wiley.
- Bideaud, J., Houdé, O., & Pedinielli, J. (1996). *L'homme en développement*. (4ªed.). Paris: PUF.
- Claes, M. (1985). O desenvolvimento da socialização: As relações familiares, os papéis sexuais e as amizades. In M. Claes (Ed.), *Os problemas da adolescência* (pp. 121-144). Lisboa: Editorial Verbo.
- Collins, W. A., & Steinberg, L. (2008). Adolescent development in interpersonal context. In W. Damon, & R. M. Lerner (Eds.), *Child and adolescent development: An advanced course* (pp. 551-590). Hoboken, N.J.:Wiley.
- Dacey, J. S., & Travers, J. F. (2002). *Human development across the life-span*. (5ªed.). Boston: McGraw-Hill.
- Damon, W., & Lerner, R. M. (Eds.) (2008). *Child and adolescent development : An advanced course*. Hoboken, N.J.: Wiley.
- Dubar, C. (2002). *La socialisation: Construction des identités sociales e professionnelles* (3ªed.). Paris: Armand Colin.
- Faria, L. (1995). Estudo dos efeitos diferenciais da configuração familiar na realização escolar e atribuições causais de adolescentes. *Psychologica*, 14, 59-64.
- Firmino, H., Matos, A. P., & Vaz Serra, A. (1987). Relações pais/filhos e locus de controlo. *Psiquiatria Clínica*, 8(3), 147-151.
- Giddens, A. (2002). Sociedade, cultura e o indivíduo. In A. Giddens, *Sociologia* (pp. 35-66). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Grych, J. H., & Fincham, F. D. (1990). Marital conflict and children's adjustment: A cognitive-contextual framework. *Psychological Bulletin*, 108(2), 267-290.
- Hetherington, E. M., Cox, M., & Cox, R. (1982). Effects of divorce on parents and children. In M. E. Lamb (Ed.), *Nontraditional families: Parenting and child development* (pp.233-285). Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates.
- Jensen-Campbell, L. A., Knack, J. M., & Rex-Lear, M. (2009). Personality and social relations. In P. J. Corr, & G. Matthews (Eds.), *The Cambridge handbook of personality psychology* (pp. 506-523). Cambridge: Cambridge University Press.
- Kelly, J. B. (2007). Children's living arrangements following separation and divorce: Insights from empirical and clinical research. *Family Process*, 46(1), 35-52.
- Kim, K. L., Jackson, Y., Conrad, S. M., & Hunter, H. L. (2008). Adolescent report of interparental conflict: the role of threat and self-blame

- appraisal on adaptative outcome. *Journal of Child and Family Studies*, 17, 735-751.
- Machado, T. (2004). *Vinculação e comportamentos anti-sociais*. Coimbra: Almedina.
- Menezes, I. (1990). Desenvolvimento em contexto familiar. In B. P. Campos (Coord.), *Psicologia do desenvolvimento e educação de jovens: Vol II*. (pp. 52-91) Lisboa: Universidade Aberta.
- Papalia, D. E., Olds, S. W., & Feldman, R. D. (2001). *O mundo da criança*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Parke, R. D., & Buriel, R. (2008). Socialization in the family: Ethnic and ecological perspectives. In W. Damon, & R. M. Lerner (Eds.), *Child and adolescent development: An advanced course* (pp. 95-138). Hoboken, N.J.:Wiley.
- Pereira, O. G., & Jesuino, J. C. (Orgs.). (1985). *Psicologia social do desenvolvimento: Socialização e saúde mental*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Piaget, J. (1975). *L'équilibration des structures cognitives*. Paris: PUF.
- Pires, H. S. (2005). Aspectos educativos do sistema relacional em famílias monoparentais. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 3, 293-302.
- Sarni, C., Campos, J. J., Camras, L. A., & Witherington, D. (2008). Principles of emotion and emotional competence. In W. Damon, & R. M. Lerner (Eds.), *Child and adolescent development: An advanced course* (pp. 361-405). Hoboken, N.J.:Wiley.
- Scharf, M., & Mayseless, O. (2009). Socioemotional characteristics of elementary school children identifies as exhibiting social leadership qualities. *The Journal of Genetic Psychology*, 170(1), 73-94.
- Schneider, B. H. (1993). *Children's social competence in context: The contributions of family, school and culture*. Oxford : Pergamon Press.
- Shiner, R. L., & Caspi, A. (2008). Personality development. In W. Damon, & R. M. Lerner (Eds.), *Child and adolescent development: An advanced course* (pp. 181-215). Hoboken, N.J.:Wiley.
- Silva, F., Martorell, C., & Clemente, A. (1986). Socialization and personality: Study through questionnaires in a preadult Spanish population. *Personality and Individual Differences*, 7(3), 355-372.
- Silva, F., Martorell, C., & Salvador, A. (1987). Assessment of antisocial behavior in children and adolescents: new data with the ASB scale. *Personality and Individual Differences*, 8(6), 977-978.
- Simões, M. M. R. (1994). Investigações no âmbito da aferição nacional do teste das matrizes progressivas coloridas de Raven (M.P.C.R.). Dissertação de Doutoramento. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Stadelmann, S., Perren, S., Groeben, M., & VonKlitzing, K. (2010). Parental separation and children's behavioral/emotional problems: The impact of parental representations and familu conflict. *Family Process*, 49(1), 92-108.
- Taborda Simões, M. C., & Ataíde, M. R. S. (2001). Conflito parental e regulação do exercício do poder paternal: Da perspectiva jurídica à

- intervenção psicológica. *Psychologica*, 26, 233-259.
- Taborda Simões, M. C. (2002). Adolescência: Transição, crise ou mudança?. *Psychologica*, 30, 407-429.
- Taborda Simões, M. C., Vale Dias, M. L., Formosinho, M.D., & Fonseca, A. C. (2007). Adolescence – Portugal. In J. J. Arnett (Ed.), *International encyclopedia of adolescence* (Vol.2). New York: Routledge (pp.795-811).
- Vaz Serra, A., Firmino, H., & Matos, A. P. (1987). Influência das relações pais/filhos no auto-conceito. *Psiquiatria Clínica*, 8(3), 137-141.
- Vaz Serra, A., Firmino, H., & Matos, A. P. (1987). Relações pais/filhos: Alguns dados sobre as dimensões subjacentes. *Psiquiatria Clínica*, 8(3), 127-136.
- Wong, M. S., McElwain, N., & Halberstadt, A. G. (2009). Parent, family, and child characteristics: Associations with mother and father – reported emotion socialization practices. *Journal of Family Psychology*” 23(4), 452-463.

Anexos

Questionário Sócio-Demográfico

<p>Questionário Sócio-demográfico (Morgado, A. M., Vale Dias, M. L., & Paixão, M. P., 2010)</p>

Por favor responda às questões que se seguem de acordo com o que se aplica às suas condições de vida. Todos os dados são anónimos e confidenciais.

1. Idade:_____ 2. Sexo:_____ 3. Ano de escolaridade:_____

4. Número de irmãos:_____ 4.1. Idades dos irmãos:_____

5. Área de Residência:_____

6. Naturalidade:_____

7. Nacionalidade:_____

8. Com quem vive:

- | | |
|---------------------------------|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Pai | <input type="checkbox"/> Avós |
| <input type="checkbox"/> Mãe | <input type="checkbox"/> Tios |
| <input type="checkbox"/> Irmãos | <input type="checkbox"/> Outros:_____ |

9. Estado Civil do Pai:

- | | |
|---|-----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Casado | <input type="checkbox"/> Viúvo |
| <input type="checkbox"/> Divorciado | <input type="checkbox"/> Solteiro |
| <input type="checkbox"/> Casado em segundas | <input type="checkbox"/> Separado |

núpcias

10. Estado Civil da Mãe:

- | | |
|---|-----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Casada | <input type="checkbox"/> Viúva |
| <input type="checkbox"/> Divorciada | <input type="checkbox"/> Solteira |
| <input type="checkbox"/> Casada em segundas | <input type="checkbox"/> Separada |

núpcias

11. Se os seus pais estão divorciados/separados:

11.1. Há quanto tempo ocorreu o divórcio/separação? _____

11.2. Com quem vive? _____

11.3. Com que frequência está com o outro progenitor?

- | | |
|---------------------------------------|--------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Diariamente | <input type="checkbox"/> Mensalmente |
| <input type="checkbox"/> Semanalmente | <input type="checkbox"/> Anualmente |

Outra: _____

12. Acerca do seu Pai, por favor indique:

12.1. Área de residência: _____

12.2. Naturalidade: _____

12.3. Nacionalidade: _____

12.4. Habilitações Literárias:

S/ Hab. Literárias

Licenciatura

4º ano

Mestrado

9º ano

Doutoramento

12º ano

12.5. Profissão: _____

13. Acerca da sua Mãe, por favor indique:

13.1. Área de residência: _____

13.2. Naturalidade: _____

13.3. Nacionalidade: _____

13.4. Habilitações Literárias:

S/Hab. Literárias

Licenciatura

4º ano

Mestrado

9º ano

Doutoramento

12º ano

13.5. Profissão: _____

Obrigada pela colaboração.